



José Luís Fiori

HISTÓRIA, ESTRATÉGIA E DESENVOLVIMENTO

para uma geopolítica do capitalismo

BOITEMPO
EDITORIAL

Prefácio

CONJETURAS E HISTÓRIA

Nosso estudo do desenvolvimento latino-americano – e, em particular, do desenvolvimentismo brasileiro – começou na década de 1980¹ e manteve uma longa interlocução crítica com a literatura estruturalista, marxista e keynesiana², as teorias da dependência³ e a teoria do sistema-mundial moderno⁴, antes de se

¹ Para mais informações sobre o desenvolvimento latino-americano iniciado na década de 1980, sob a ótica aqui abordada, consultar as seguintes fontes: José Luís Fiori, *Por uma economia política do tempo conjuntural* (Rio de Janeiro, IEI/UFRJ, 1984), texto para discussão n. 44; idem, *Conjuntura e ciclo na dinâmica de um estado periférico* (Tese de Doutorado em Ciência Política, São Paulo, USP, 1984); idem, *Instabilidade e crise do estado na industrialização brasileira* (Tese de Professor Titular, Rio de Janeiro, UFRJ, 1988); idem, “Crise do estado brasileiro”, *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 9, n. 33, 1989; Carlos Lessa e José Luís Fiori, “E houve uma política econômica nacional-populista?”, *Ensaio FEE*, Porto Alegre, ano 12, n. 1, 1991, p. 176-97; José Luís Fiori, “O nó cego do desenvolvimentismo brasileiro”, *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 40, 1994; idem, “Sonhos prussianos e crises brasileiras”, *Ensaio FEE*, Porto Alegre, ano 11, n. 1, 1990, p. 41-61; idem, “De volta à questão da riqueza de algumas nações”, em idem (org.), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* (Petrópolis, Vozes, 1999); idem, “A propósito de uma ‘construção interrompida’”, *Economia e Sociedade* (Campinas, Instituto de Economia/Unicamp, 2000); idem, “O cosmopolitismo de cócoras”, *Estudos Avançados*, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados/USP, 2000; idem, “Pour un diagnostic de la ‘modernisation brésilienne’”, *Revue du Tiers Monde*, Paris, Presses Universitaires de France, v. 42, n. 167, 2001, p. 493-513.

² Ver desdobramentos do conceito em Anthony Brewer, *Marxist Theories of Imperialism: a Critical Survey* (Londres, Routledge and Kegan Paul, 1980); Paul A. Baran, *The Political Economy of Growth* (Harmondsworth, Penguin, 1973); Ricardo Bielschowsky, *Cinquenta anos de pensamento da Cepal* (Rio de Janeiro, Record/Cofecon/Cepal, 2000); Luiz G. de Melo Belluzzo e Renata Coutinho, *Desenvolvimento capitalista no Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1982), v. 1 e 2; Jorge Larraín, *Theories of Development* (Londres, Polity, 1989).

³ A ideia de dependência aqui referenciada está presente nas seguintes obras: André Gunder Frank, “The Development of Underdevelopment”, *Monthly Review*, v. 18, n. 4, 1966, p. 17-31; Teotônio dos Santos, “El nuevo caracter de la dependencia”, *Cuadernos del Centro de Estudios Socio-Económicos* (Santiago, Universidad de Chile, 1968); Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (Rio de Janeiro, Zahar, 1970); Ruy Mauro Marini, *Dialéctica de la Dependencia* (Cidade do México, Era, 1973).

⁴ Ver mais informações sobre essa teoria em Immanuel Wallerstein, *The Modern World-System* (Nova York, Academic Press, 1974); idem, *The Capitalist World-Economy* (Cambridge, Cambridge

deslocar para o campo da economia política internacional⁵ e se propor um novo programa de pesquisa, inspirado por uma tese e por uma pergunta do historiador Fernand Braudel. A tese: na Europa, “a maturidade política precedeu a maturidade econômica”⁶, e a formação dos estados territoriais precedeu a formação das economias nacionais⁷. A pergunta: “quando, como e por que razões” esses estados territoriais europeus adquiriram sua “força política e sua coerência econômica interna”⁸. Esses dois fatores de inspiração foram os que mais contribuíram para a expansão vitoriosa do sistema de poder europeu e sua conquista do mundo, e também para a formação do próprio capitalismo.

Para responder à pergunta de Braudel, partimos de uma teoria do poder e da acumulação do poder e de suas relações com o capital e a acumulação de capital para reconstruir as relações originárias entre as lutas pelo poder e as guerras europeias, e o processo de formação das economias nacionais, dentro dos vários tabuleiros geopolíticos que se configuraram na Europa a partir do “longo século XIII” (1150-1350)⁹. Vimos, então, como as guerras de conquista se transformaram num mecanismo regular de cobrança de tributos e de estímulo ao aumento da produção e da troca entre os súditos, ou pagadores de tributos. Vimos também como nasceram as “moedas soberanas”¹⁰ e as primeiras formas de acumulação financeira, por meio da senhoriagem do câmbio entre as moedas europeias e pelo manejo monopólico das dívidas dos príncipes guerreiros. Em seguida, acompanhamos o processo de centralização do poder e do capital que levou à formação dos primeiros Estados

University Press, 1979); Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century: Money, Power and the Origins of our Times* (Londres, Verso, 1994); Giovanni Arrighi e Beverly J. Silver, *Chaos and Governance in the Modern World System* (Minneapolis, University of Minnesota Press, 1999).

⁵ Mais desdobramentos dessa ideia podem ser encontrados em Robert Gilpin, *The Political Economy of International Relations* (Princeton, Princeton University Press, 1987); Benjamin Jerry Cohen, *International Political Economy: an Intellectual History* (Princeton, Princeton University Press, 2008).

⁶ Tese presente em Fernand Braudel, *O tempo do mundo* (São Paulo, Martins Fontes, 1996), p. 255.

⁷ Idem, *A dinâmica do capitalismo* (Rio de Janeiro, Rocco, 1985), p. 82.

⁸ Idem, *O tempo do mundo*, cit., p. 255.

⁹ Expressão introduzida por Peter Spufford, a partir da ideia de Fernand Braudel sobre a existência de um “longo século XVI” em Peter Spufford, *Money and its Use in Medieval Europe* (Cambridge, Cambridge University Press, 1989).

¹⁰ Norbert Elias, *O processo civilizador* (1939) (Rio de Janeiro, Zahar, 1993).

territoriais e das primeiras economias nacionais, que se transformaram no embrião do “sistema interestatal capitalista”¹¹, o qual se expandiu de forma contínua nos séculos seguintes, até sua plena globalização no final do século XX. Depois disso, voltamo-nos para o estudo do desenvolvimento das “grandes potências”¹² que lideraram esse sistema ao longo da história, para descobrir a importância do expansionismo e do belicismo desses países, por meio da explicação do sucesso econômico que obtiveram. Por fim, debruçamo-nos sobre a situação específica da América Latina, para estudar a forma como se reproduziram no continente tendências gerais do sistema interestatal e da economia capitalista.

Este prefácio contém três tópicos que resumem o fio condutor dessa pesquisa e dos vários artigos deste livro, que foram escritos à medida do avanço da própria pesquisa. O primeiro tópico sintetiza nossa visão teórica e histórica de longo prazo do sistema interestatal capitalista; o segundo resume nossas conclusões com respeito ao desenvolvimento das grandes potências; e, por fim, o terceiro sugere algumas pistas para uma releitura do desenvolvimento econômico do Cone Sul do continente sul-americano, em particular da Argentina e do Brasil.

I

Os principais conceitos e hipóteses deste estudo foram discutidos em vários trabalhos anteriores¹³, mas podem ser resumidos na forma estilizada de sete teses teóricas e históricas: as teses 1 e 2 resumem nossa visão do poder e da acumulação do poder e de sua relação com as guerras de conquista e com os tributos; as teses

¹¹ Meu conceito de “sistema interestatal capitalista” é diferente daquele de “sistema mundial moderno”, de Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, porque sublinha a importância permanente e insuperável dos Estados nacionais, com seus capitais e suas moedas específicas, para o desenvolvimento do capitalismo, que é desigual e hierárquico, mas que não é nem nunca será global, pois alimenta-se da própria existência das fronteiras e das moedas e capitais que se expandem com seus Estados nacionais.

¹² Paul Kennedy, *Ascensão e queda das grandes potências* (Rio de Janeiro, Campus, 1989); Geoffrey Parker, *Success is Never Final: Empire, War and Faith in Early Modern Europe* (Nova York, Basic Books, 2002).

¹³ Mais detalhes em José Luís Fiori, “Formação, expansão e limites do poder global”, em José Luís Fiori (org.), *O poder americano* (Petrópolis, Vozes, 2004); idem, *O poder global e a nova geopolítica das nações* (São Paulo, Boitempo, 2007); idem, “O sistema interestatal capitalista no início do século XXI”, em José Luís Fiori, Carlos Medeiros e Franklin Serrano (orgs.), *O mito do colapso do poder americano* (Rio de Janeiro, Record, 2008); idem, “Um universo em expansão”, *Jornal de Resenha da USP*, n. 5, 2009.

3 e 4 sintetizam nossa leitura histórica do sistema interestatal capitalista; as teses 5 e 6 apresentam o ponto de partida do nosso estudo das grandes potências; e, finalmente, a tese 7 resume nossa leitura da conjuntura contemporânea, e das transformações mais recentes do sistema internacional:

Tese 1 – Em termos estritamente lógicos, o poder é uma relação que se constitui e se define, tautologicamente, pela disputa e pela luta contínua pelo próprio poder. Em qualquer nível de abstração e em qualquer tempo ou lugar, independentemente do conteúdo concreto de cada relação de poder em particular. Portanto, por definição e por dedução, o poder é:

- assimétrico: se todos tivessem o mesmo poder, não haveria disputa nem haveria “relação de poder”¹⁴;

- limitado: se o poder fosse absoluto, não haveria disputa, portanto o poder não existiria, pura e simplesmente;

- relativo: o poder envolve uma hierarquia e um cabo de guerra permanente entre algum vértice que tenha mais poder e outro que terá necessariamente menos poder. Se um desses vértices aumentar seus graus de liberdade, algum outro perderá poder, inevitavelmente, com relação ao que se expandiu;

- “heterostático”¹⁵: qualquer uma dessas variações de poder provoca sempre uma reação mais ou menos imediata das partes desfavorecidas, visando a recompor e a manter a mesma correlação de forças anterior à situação prévia à mudança inicial¹⁶;

¹⁴ Maquiavel captou essa dimensão essencial do poder, de forma simples e direta, no momento em que se consolidavam as repúblicas italianas e nasciam os primeiros Estados nacionais: “em todas as cidades se encontram estas duas tendências diversas, e isso nasce do fato de que o povo não deseja ser governado nem oprimido pelos grandes, e estes desejam governar e oprimir o povo”, em Nicolau Maquiavel, *O príncipe* (São Paulo, Abril, 1983), p. 38. Ver ainda outra passagem: “O objetivo do povo é mais honesto do que o dos poderosos; estes querem oprimir, e aquele não ser oprimido”, em *ibidem*, p. 40.

¹⁵ Utilizo essa expressão por analogia com o campo biológico em que foi utilizada pela primeira vez – por Klopff, em 1982 –, para referir-se aos “organismos que procuram estímulos constantemente pela fuga temporária do equilíbrio”.

¹⁶ Essa tese foi exposta pela primeira vez por Tucídides em sua obra clássica sobre a Guerra do Peloponeso: “Na minha opinião, as razões pelas quais os atenienses e os peloponésios romperam sua trégua de trinta anos, concluída por eles após a captura de Eubeia, é que os atenienses estavam se tornando muito poderosos, e isso inquietava os lacedemônios, compelindo-os a recorrer à guerra”. Tucídides, *História da Guerra do Peloponeso*, Livro I (Brasília, Editora da UnB, 1987), p. 15.

- triangular: toda relação de poder envolve pelo menos dois vértices internos e um limite externo que pode ser representado na forma de um ponto ou de um vértice externo, onde se dá a intersecção entre P1 e P2, por exemplo. Nesse sentido, pode-se dizer que o limite de toda e qualquer unidade de poder Pn, sempre estabelecido por outra unidade de poder Pn-1, terá as mesmas características de Pn, e, portanto, também terá seu limite traçado por mais uma unidade de poder Pn-2, e assim infinitamente, com relação a Pn-3, Pn-4 etc.;

- fluxo: poder é ação e movimento, e só existe enquanto exercido de forma contínua. Não há como conceber um poder estático nem como conceber logicamente a possibilidade de um poder desativado ou neutro¹⁷. Por isso, costuma-se dizer que não existe vácuo de poder nesse jogo sem fim;

- sistêmico: não é possível pensar uma unidade de poder sem supor logicamente a existência do conjunto de outras unidades de poder que se multiplicam na forma de triângulos que supõem outros triângulos, e assim sucessivamente. E, como não é possível imaginar algum poder fora desse sistema de poderes, também se pode inferir que não existe nada anterior ou posterior ao próprio sistema, ou seja, ao próprio poder;

- expansivo: se as relações de poder fossem binárias e fechadas sobre si mesmas, se transformariam num jogo de soma zero e tenderiam a desaparecer de forma autofágica. Isso só não acontece porque o poder é triangular e sistêmico, e todas as suas unidades podem se expandir para fora de si mesmas, pela conquista do poder ou de alguma parcela do poder das demais unidades do sistema. Cada unidade de poder (P1, P2, P3 etc.) exerce uma pressão competitiva sobre si mesma, e todas essas unidades exercem a mesma pressão umas em relação às outras. Como consequência, o sistema, como um todo, também se expande de forma contínua. Mais do que isso, precisa se expandir infinitamente – caso contrário se fecharia sobre si mesmo e entraria em estado de entropia, ou em rota de extinção;

- indissolúvel: uma relação de poder só desaparece quando é conquistada integralmente ou é submetida à outra unidade de poder. Assim, por mais que recuemos no “tempo lógico”, sempre nos depararemos com novas unidades de poder que

¹⁷ Nesse ponto, Thomas Hobbes reitera uma velha tese do próprio Maquiavel, ao dizer que “os que se contentarem em se manter tranquilamente dentro de modestos limites e não aumentarem seu poder por meio de invasões serão incapazes de subsistir por muito tempo, por se limitarem apenas a uma atitude de defesa”. Thomas Hobbes, *Leviatã* (São Paulo, Abril, 1983, Coleção Os Pensadores), p. 75.

foram conquistadas em algum momento, e assim retroativamente até o infinito. Portanto, pode-se deduzir que o poder é a origem de si mesmo, e a conquista é apenas a forma pela qual o poder se constitui, reproduz e expande¹⁸;

- dialético: se é verdade que o poder se define pelo seu fluxo, seu exercício e sua expansão, então também pode-se concluir que o poder se define por sua negação e superação – portanto, o poder é idêntico à sua própria acumulação, ou seja: $P = + P$;

- ético: trata-se de uma força e de uma energia que se expandem e que estão obrigadas a se expandirem, movidas por um valor – a valorização do próprio poder. Toda e qualquer outra ética particular nasce desse impulso, como resultado ou como instrumento relacional dentro da luta entre os vértices que disputam e impulsionam a acumulação endógena do poder.

Tese 2 – Na história humana, a sedentarização do poder e das relações de poder entre os homens criou territórios e fronteiras mais estáveis que os das tribos ou povos nômades. Nesses casos de sedentarização, a pressão competitiva intrínseca ao poder adquiriu maior organicidade e intensidade, uma vez que já não estavam mais disponíveis as rotas de fuga do nomadismo. No novo contexto, multiplicaram-se as rebeliões “internas”, e a pressão externa da parte dos povos nômades e dos demais poderes territoriais deu início a uma sucessão interminável de guerras de defesa das fronteiras e de conquista de novos territórios. Essas lutas criaram a necessidade de recursos, regras e organizações (ainda que precárias) destinadas a garantir a dominação interna e as fronteiras externas desses novos agrupamentos humanos. E, o que é mais importante, criaram a necessidade de um fluxo regular de recursos obtidos por meio da pilhagem ou da tributação dos próprios súditos, ou das novas populações conquistadas e submetidas. Os tributos nasceram junto com a sedentarização do poder e se constituíram numa espécie de ato de poder inaugural, visto que, sem a arrecadação dos tributos, os poderes territoriais não teriam como se sustentar, reproduzir e expandir. A necessidade de se instituírem tributos e a obrigação de pagá-los exerceram um impacto decisivo no aumento da produção e da produtividade desses territórios (em alguns mais do que em outros) e no desenvolvimento de algumas inovações tecnológicas fundamentais para o aumento da produção de

¹⁸ Mais uma vez, foi Maquiavel quem expôs de forma mais simples e direta a ideia desconfortável de que “o desejo de conquista é coisa verdadeiramente natural e ordinária, e os homens que podem fazê-lo serão sempre louvados, e não censurados”, em *ibidem*, p. 14.

alimentos e para o exercício da guerra. No entanto, o crescimento dos territórios conquistados e da necessidade de atender aos compromissos de guerra contribuiu decisivamente para o aparecimento das primeiras “moedas públicas”, cunhadas pelos cobradores de impostos, senhores da guerra ou imperadores e depois utilizadas no “jogo das trocas” entre os produtores diretos, ou entre os mercadores. Surgem também várias formas de dívidas e de empréstimos, e a usura – apesar de malvista em quase todos os lugares – ocupa um lugar muito importante no funcionamento mercantil dessas sociedades. Dessa forma, as guerras acabaram se transformando numa espécie de “primeiro motor”, e num instrumento de poder decisivo para a multiplicação das terras e dos homens capazes de criar os novos recursos que viriam a financiar as novas guerras, feitas com o objetivo de gerar mais recursos, e assim sucessivamente, engendrando um mecanismo regular de articulação das guerras com os tributos, com o aumento da produção, com a expansão dos mercados e das trocas e com a evolução de formas primitivas de moeda e de crédito. Nesse sistema de poderes territoriais competitivos, “quem não subia caía”¹⁹, e todos tentavam imitar as estruturas de policiamento interno e defesa externa, de produção e de troca, que fossem mais eficientes que as de seus competidores, sob pena de desaparecer como unidade competitiva dentro do sistema. Nesse processo, quando as necessidades criadas pelas guerras excediam a capacidade de tributação dos poderes territoriais envolvidos, só havia como solução emprender novas guerras de conquista, e assim sucessivamente, até o momento em que esse poder expansivo alcançasse um limite intransponível – físico, social ou financeiro – ou fosse suplantado e derrotado por outro poder conquistador em ascensão, momento em que começava – invariavelmente – o seu declínio como poder imperial, mesmo que esse declínio pudesse durar um longo período. Esse mesmo processo repetiu-se em muitos tempos e lugares nos quais haviam surgido “poderes territoriais” capazes de fixar e estabilizar suas relações de dominação, iniciando movimentos de conquista e expansão de suas fronteiras, até se transformarem em grandes impérios²⁰. Foi assim, por exemplo, no caso dos

¹⁹ Norbert Elias referia-se a outro momento da história, mas sua observação pode ser aplicada a qualquer sistema de poderes competitivos, ao dizer que “a mera preservação da existência social exige, na livre competição, uma expansão constante. Quem não sobe cai. E a vitória significa, em primeiro lugar, seja esta ou não a intenção, domínio sobre os rivais mais próximos e sua redução ao estado de dependência”, em Norbert Elias, *O processo civilizador*, cit., p. 134.

²⁰ Também nesse caso Norbert Elias está falando de outro tempo histórico, mas sua observação alcança todos os sistemas de poderes territoriais muito antes da Idade Média europeia: “Numa

Impérios Hitita, Assírio e Persa, na Mesopotâmia, como também em Roma, no Egito e em todo o mundo sinocêntrico, da mesma forma que nos Impérios Asteca e Inca, na América, e nos reinos de Zaria, Bagirmi ou Nupe, na África²¹.

Tese 3 – Na Europa, e somente na Europa, a competição entre os “poderes territoriais”, somada às suas próprias lutas internas, produziu um efeito inteiramente novo e original, entre 1150 e 1650 d. C., aproximadamente. Essa mudança ou salto “qualitativo” não obedeceu a nenhum tipo de lei ou causação universal, nem seguiu nenhuma direção necessária, e tudo indica que tenha sido obra do acaso ou, talvez, do que alguns chamam hoje de “bifurcação histórica”. Mesmo assim, é possível identificar algumas características específicas dos poderes territoriais europeus e do impacto que suas lutas e guerras tiveram sobre a atividade econômica de seus territórios²². Depois do fim do Império Romano, e em particular após o fim do império de Carlos Magno, o poder territorial europeu se fragmentou durante dois a três séculos, e a atividade econômica se atrofiou, na maior parte da Europa, ficando reduzida a algumas comunidades locais de produção e de troca, quase sempre em espécies, com exceção das repúblicas italianas²³ e de algumas poucas cidades europeias que se mantiveram mais ativas e conectadas economicamente graças às suas relações militares e às suas conexões mercantis com os grandes impérios que cercavam e dominavam o Mediterrâneo. Esse processo de desintegração interna começou a ser revertido, a partir do século XII, por meio de um movimento lento, mas contínuo, de recentralização do poder político e de reativação da atividade econômica, induzido por uma sucessão de pequenas guerras localizadas que foram se multiplicando e se ampliando progressivamente e que se somaram às grandes

sociedade em que atuavam essas pressões competitivas, quem não ganhava ‘mais’ automaticamente ficava com ‘menos’. Neste particular, observamos mais uma vez a pressão que se fazia sentir de cima a baixo nessa sociedade: lançava os governantes territoriais uns contra os outros e, dessa maneira, punha em movimento o mecanismo do monopólio”, em *ibidem*, p. 93.

²¹ Stephen P. Reyna, *Wars Without End: The Political Economy of a Precolonial African State* (Londres, University Press of New England, 1990).

²² Ver Peter Spufford, *Power and Profit: The Merchant in Medieval Europe* (Nova York, Thames & Hudson, 2002); Ronald Findlay e Kevin O'Rourke, *Power and Plenty, Trade, War, and the World Economy in the Second Millennium* (Princeton, Princeton University Press, 2007).

²³ Ver mais a respeito em Mauricio Metri, *Poder, riqueza e moeda na Europa medieval: a preeminência naval, mercantil e monetária da sereníssima República de Veneza nos séculos XIII e XV* (Rio de Janeiro, FGV, 2014).

guerras ou cruzadas de conquista ou reconquista dos territórios ocupados pelos bárbaros, pelos hereges e pelos povos islâmicos²⁴. Nesse sentido, é preciso destacar a importância decisiva que teve, para a história europeia, o “cerco” e a “ameaça”²⁵ ao seu território por parte do poder islâmico, que impôs sua presença vitoriosa em torno do mar Mediterrâneo e na Península Ibérica durante cerca de mil anos, entre os séculos VIII e XVIII, quando começa o declínio do Império Otomano²⁶. Além disso, ao contrário de outros sistemas de poder similares, no caso da Europa as guerras internas e externas fortaleceram alguns dos seus poderes territoriais mais do que outros, embora esse processo de hierarquização e centralização do poder não tenha levado à criação de um único império territorial capaz de se impor sobre todo o território europeu²⁷. Desse modo, as guerras europeias se transformaram numa atividade contínua e infinitamente elástica, ao lado das rebeliões camponesas e das guerras religiosas, que criaram em conjunto enorme pressão competitiva e imensa energia explosiva dentro da Europa. Essa conflitualidade contínua criou a necessidade crescente de se obterem recursos materiais e humanos e aprofundou

²⁴ Ver mais desdobramentos sobre esses temas em William H. McNeill, *The Pursuit of Power* (Chicago, The University of Chicago Press, 1982); Jan Glete, *War and the State in Early Modern Europe* (Londres, Routledge, 2002); Jeremy Black, *The Rise of the European Powers, 1679-1793* (Londres, Edward Arnold, 1990); Charles Tilly, *Coerção, capital e Estados europeus – 1990-1992* (São Paulo, Edusp, 1992).

²⁵ Braudel traçou essa verdadeira trincheira que separava as duas civilizações: “A cristandade mediterrânea dispôs, portanto, contra o islã de uma série de ‘cortinas’, de ‘frentes’ fortificadas, longas linhas defensivas por detrás das quais, consciente da sua superioridade técnica, se sente melhor abrigada. Estas linhas estendem-se da Hungria até as fronteiras mediterrâneas, numa série de zonas fortificadas que separam as duas civilizações”. Fernand Braudel, *O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo de Felipe II* (Lisboa, Dom Quixote, 1995), v. 2, p. 209.

²⁶ Foi Braudel também quem melhor descreveu a natureza crônica e elástica desta guerra entre as civilizações islâmica e cristã durante o “longo século XVI”: “Ao longo dos anos, um período de guerras ‘internas’ sucede um período de guerras ‘exteriores’, numa ordem bastante nítida. Não se trata de uma orquestra perfeita, nem de bailados marcados no seu pormenor. E, todavia, a sucessão é clara: sugere perspectivas no meio de uma história confusa e que de repente se esclarece, sem que tenha havido artifício ou ilusão [...] segundo as épocas, os centros de gravidade e as linhas de ação do turco deslocam-se em correlação com as modalidades de uma guerra ‘mundial’. Tudo depende de uma história bélica que vai do estreito de Gibraltar ou dos canais da Holanda até a Síria ou o Turquestão. E esta história tem apenas um ritmo: suas mudanças são eletricamente as mesmas. Em dado ponto, cristãos e muçulmanos confrontam-se no Jihad e na Cruzada, depois viram as costas uns aos outros para se concentrarem nos seus conflitos internos”, em *ibidem*, p. 206 e 208.

²⁷ Immanuel Wallerstein, *The Modern World-System*, cit., cap. 3.

os laços desses poderes em conflito com seus sistemas de tributação e produção de excedente, até o momento em que sua repetição permanente produziu um salto qualitativo, com o nascimento dos primeiros Estados e das primeiras economias nacionais europeias²⁸, além do próprio sistema interestatal, onde se forjaram as bases do capital e do capitalismo europeu²⁹. Quando as necessidades criadas pelas guerras excederam a capacidade de tributação dos poderes envolvidos, os soberanos endividaram-se com seus próprios mercadores, e essas dívidas selaram uma relação cada vez mais necessária e estrutural entre os senhores da guerra e os senhores do dinheiro que tinham obtido o poder monopólico de senhoriagem das moedas e dos títulos da dívida dos mesmos soberanos a quem haviam emprestado seu dinheiro. Foi nesses mercados de moedas e de títulos que se criaram as oportunidades para a formação e a acumulação privada de algumas formas primitivas de riqueza financeira, nascidas à sombra dos poderes e dos Estados vitoriosos. Os traços distintivos desse novo sistema interestatal foram construídos lentamente – entre 1150 e 1650 –, mas nesse percurso a energia acumulada pelas guerras e rebeliões sucessivas provocou duas grandes explosões expansivas dentro desse sistema de poderes europeus: a primeira, durante o “longo século XIII”, entre 1150 e 1350-1400; e a segunda, durante o “longo século XVI”, entre 1450 e 1650. Por esse caminho, e por sucessivas guerras e explosões expansivas, o velho mecanismo de relógio que marcava o ritmo das relações de todos os grandes poderes territoriais com suas próprias atividades econômicas se transformou numa nova máquina poderosa de produção e de acumulação de poder e de riqueza: os Estados-economias nacionais. Cada um deles, com seus territórios e seus tributos, com seus camponeses e cidadãos, com seus exércitos e suas burocracias, com suas moedas e seus títulos da dívida pública, com seus sistemas de bancos e de crédito e com seu sentimento coletivo de identidade nacional³⁰. Foi dentro desse sistema de Estados-economias nacionais

²⁸ Fernand Braudel, *O tempo do mundo*, cit., cap. 4.

²⁹ Utilizamos aqui a palavra “capital” para referência ao dinheiro que se multiplica segundo a fórmula $D-D'$, por meio dos empréstimos a juros feitos aos soberanos ou de outras formas de uso do poder – neste caso, portanto, sem a intermediação imediata da mercadoria. E utilizamos a palavra “capitalismo” para referência ao momento da história europeia medieval em que a busca do lucro se transforma num objetivo permanente ou numa compulsão quase mecânica, muito anterior, portanto, à formação do regime de produção capitalista.

³⁰ Stephen P. Reyna e R. E. Downs (orgs.), *Deadly Developments: Capitalism, States and War* (Amsterdã, Taylor & Francis, 2005).

que se forjou o regime de acumulação capitalista que se transformaria no grande diferencial do poder europeu com relação ao resto do mundo. A alta frequência de guerras acabou de soldar em definitivo o circuito acumulativo e automático que associava os processos de acumulação do poder e do capital, ampliando-se, assim, o espaço e o potencial da acumulação financeira do dinheiro pelo dinheiro, por meio da criação dos sistemas nacionais de crédito e de bancos associados às moedas e aos títulos da dívida pública dos seus próprios Estados nacionais. O movimento de internacionalização desses Estados e dos seus mercados e capitais seguiu a trilha aberta pela expansão e consolidação dos seus grandes impérios marítimos e coloniais. Foram sempre esses Estados expansivos e ganhadores – o núcleo das grandes potências – que lideraram o processo de acumulação de capital, a escala mundial. Por isso, pode-se dizer que o impulso imperialista foi sempre uma força, uma dimensão essencial e permanente do sistema interestatal europeu. Em suma, o sistema interestatal capitalista, criado pelos europeus, não foi apenas o produto da expansão dos mercados ou do capital; foi uma criação do poder expansivo de alguns Estados europeus que conquistaram e colonizaram o mundo, durante os cinco séculos em que lutaram, entre si, pela conquista e monopolização de posições de poder e de acumulação de riqueza.

Tese 4 – Sem o impulso do poder, a economia de mercado tende a se descentralizar e fragmentar, e, no limite, a se demonetizar, como aconteceu na Europa entre os séculos IX e XIII e em vários outros impérios e civilizações nos quais as guerras e as conquistas dos poderes territoriais alargaram os horizontes e as distâncias do seu comércio – e também as fronteiras das suas economias-mundo. Algo semelhante aconteceu na Europa após o século XVII, com os novos Estados e as economias nacionais que forjaram o capitalismo. Com a acumulação progressiva do capital, o capitalismo adquiriu complexidade e autonomia crescentes, mas, apesar disso, teve mantida sua dependência – em última instância – com relação ao poder, mesmo após concluída a “acumulação originária” sobre a qual fala Marx³¹. Uma depen-

³¹ “Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se, agora, numa sequência mais ou menos cronológica, principalmente entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se,

dência que se explicita a cada nova crise da qual a economia capitalista é resgatada ou à qual é relançada pelo poder dos Estados. Como no caso da economia de mercado – e também no caso da economia capitalista –, a intervenção ativa do poder impede que as crises econômicas levem à estagnação definitiva ou ao colapso final do sistema, previsto por vários economistas clássicos. Em analogia com o mundo da física, pode-se dizer que o poder atua dentro do capitalismo como se fosse uma energia escura que anula o efeito da gravidade entrópica das crises, relançando e acelerando a acumulação capitalista a cada nova grande dificuldade enfrentada pelo sistema. Como vimos, foi somente na Europa que as lutas pelo poder geraram essa articulação virtuosa entre o mundo do poder e o mundo da economia, criando um mecanismo conjunto – cada vez mais automático – de acumulação de poder e de riqueza, no qual a expansão do poder induz ao aumento da produção e das trocas que, por sua vez, estimulam e financiam a própria acumulação do poder. Uma associação que não se repetiu, naquele momento, em outros impérios e civilizações, e que acabou se transformando no motor e no segredo do milagre europeu responsável pela internacionalização vitoriosa do seu sistema capitalista. Quando se estabelece essa relação vitoriosa, o poder e o capital adquirem uma capacidade inusitada de captar, dissolver e transformar todas as coisas – simultaneamente – em mercadorias e em instrumentos de poder, começando pela ciência moderna que nasce junto com o sistema interestatal europeu e que, desde o início, opera simultaneamente como produtora de armas e de mercadorias. No caminho de expansão desse poder europeu, a revolução financeira do século XVII e a Revolução Industrial do século XIX aumentaram as distâncias e as assimetrias da Europa com relação aos demais impérios e civilizações que se mantiveram prisioneiros do jogo das trocas e da economia de mercado, como foi o caso destacadamente do mundo islâmico e do mundo sinocêntrico. De todo modo, é importante sublinhar que a internacionalização do capitalismo europeu se deu pela progressiva ampliação – competitiva e bélica – dos territórios econômicos supranacionais, dos seus primeiros Estados nacionais. Por isso, cada novo passo da internacionalização capitalista significou o aumento do poder político e econômico dos Estados que lograram expandir seu território econômico nacional antes que os demais. Foi a

em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade”, em Karl Marx, *O capital: crítica da economia política*, Livro I: *O processo de produção do capital* (São Paulo, Boitempo, 2013), p. 821.

expansão desses Estados-economias nacionais que deu origem aos grandes impérios europeus de onde nasceriam, mais tarde, as duas centenas de Estados nacionais soberanos que compõem atualmente o sistema interestatal capitalista.

Essa transição da condição de colônia, ou de parte de um território econômico supranacional europeu, para o pleno exercício da condição de Estados nacionais independentes não foi homogênea nem linear; dependeu das características específicas de cada colonização e, sobretudo, do desenvolvimento anterior à chegada ou à submissão aos europeus. Apesar dessas diferenças, muitos desses novos Estados e economias nacionais se mantiveram dentro do território econômico supranacional de suas antigas metrópoles – mesmo após a independência –, quase sempre na condição de fornecedores de produtos primários ou de matérias-primas indispensáveis para as economias metropolitanas. Essa posição inicial, entretanto, nunca foi imutável nem determinou obrigatoriamente a trajetória do desenvolvimento econômico posterior dos novos Estados. Por isso, não é possível enquadrar a complexidade político-econômica desse novo sistema ampliado de Estados e economias nacionais dentro de esquemas e conceitos bipolares e simplificados, como “centro-periferia”, “desenvolvido-subdesenvolvido”, ou por conceitos extremamente imprecisos, como “semiperiferia” ou “dependência”, que significam muitas coisas ao mesmo tempo e não conseguem identificar e distinguir as especificidades desses países, uns com relação aos outros e com relação às suas antigas metrópoles. O sistema interestatal capitalista pode ter múltiplos centros econômicos e infinitas periferias e dependências, mas nenhuma delas determina necessariamente a trajetória seguida por cada um dos Estados e das economias nacionais que foram se agregando ao núcleo original do sistema. “Dentro do sistema mundial formado por ‘Estados-economias nacionais’, as economias líderes são transnacionais e imperiais por definição, e sua expansão gera uma espécie de rastro que se alarga a partir de sua própria economia nacional”³². No entanto, existem vários tipos possíveis de lideranças econômicas globais ou regionais que podem produzir esse mesmo efeito rastro dentro de suas áreas de liderança, dando origem a vários centros e periferias com dinamismos e trajetórias diferentes.

Conforme abordado anteriormente, a energia que move esse sistema vem da luta e da competição entre seus Estados e suas economias nacionais, pela conquista

³² José Luís Fiori, *O poder global e a geopolítica das nações*, cit., p. 33-4.

de posições monopólicas escassas e desiguais, por definição. Como no caso do poder, também no caso do desenvolvimento econômico ninguém ganharia se todos ganhassem, e os que já ganharam lutam para manter e ampliar suas vantagens, estreitando o caminho dos demais e reproduzindo as condições de desigualdade. Assim, nenhum Estado ou economia nacional conseguirá jamais alcançar uma posição de liderança dentro de algum desses subsistemas econômicos sem dispor de uma economia dinâmica e de um projeto político e econômico capaz de articular interesses de Estado com aqueles dos grandes capitais privados. Além disso, nenhum capital privado individual jamais logrará se internacionalizar sem o apoio do seu Estado de origem. Ou seja, em todos os níveis e espaços do sistema, são reproduzidas as mesmas regras e tendências do seu núcleo europeu originário, ainda que seja de forma atenuada pelo tempo e pelas condições materiais, geopolíticas e estratégicas de cada Estado. Em todo caso, porém, não há como uma economia nacional se expandir simplesmente por meio do jogo das trocas, nem há como uma economia capitalista se desenvolver de forma ampliada e acelerada sem que ela esteja associada a um Estado com projeto de acumulação do poder e de transformação ou modificação da ordem internacional estabelecida.

Tese 5 – Até o fim do século XVIII, o sistema interestatal capitalista se restringia à Europa e aos seus impérios marítimos ou coloniais. Ele só se expande e muda sua composição no século XIX, depois da independência dos Estados americanos, e volta a alargar suas fronteiras depois da Segunda Guerra Mundial, com a incorporação dos novos Estados independentes da África e da Ásia, globalizando-se definitivamente, no início do século XXI, com a incorporação do antigo mundo soviético e de todo o mundo sinocêntrico. O problema da ordenação desse sistema, por meio da criação de um poder global, foi ficando cada vez mais complexo conforme se expandia e aumentava o número de Estados soberanos. Algumas teorias internacionais sustentam que essa ordenação global do sistema é responsabilidade das grandes potências, ou, ainda, de uma única potência “hegemônica”³³. Alguns autores inclusive

³³ Charles Poor Kindleberger, *The World in Depression, 1929-1939* (Berkeley, University of California Press, 1973); idem, *World Economic Primacy, 1500 to 1990* (Oxford, Oxford University Press, 1996); Robert Gilpin, *War and Change in World Politics* (Cambridge, Cambridge University Press, 1981).

falam da existência histórica de “ciclos hegemônicos”³⁴ que teriam sido liderados sucessivamente por Holanda, Inglaterra e Estados Unidos – no entanto, não há evidências históricas de que a Holanda tenha tido ou exercido supremacia militar dentro da Europa, muito menos que tenha tido ou exercido liderança hegemônica mundial. Na verdade, a Holanda só se manteve como potência verdadeiramente autônoma por poucas décadas, entre sua independência, em 1648, e sua fusão político-econômica com a Inglaterra em 1689. Até mesmo a Inglaterra só conquistou sua condição definitiva de grande potência durante o século XVIII, após conquistar Escócia e Irlanda, e após sucessivas guerras vitoriosas dentro e fora do continente europeu. No mesmo século XVIII, a Dinastia Romanov – de Pedro, o Grande e de Catarina, a Grande – transformou a Rússia num império e num poder territorial mais amplo que o da Inglaterra, enquanto a Dinastia Qing (1668-1911) duplicava o território da China, transformando-a num poder regional dentro da Ásia muito superior ao poder da Inglaterra dentro da própria Europa. Ou seja, só se poderia falar de liderança mundial hegemônica da Inglaterra na segunda metade do século XIX e durante curto período: após a vitória sobre a China, na Primeira Guerra do Ópio, e o Tratado de Nanquim, de 1842; após a vitória sobre o Grande Motim e a criação do Vice-Reino da Índia, em 1858; e após o enquadramento do Japão, dentro de sua estratégia geopolítica asiática, entre a Restauração Meiji, de 1866, e o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1919. Não por coincidência, esse foi praticamente o mesmo período em que a libra chegou a ser a moeda de referência do sistema monetário e financeiro internacional, entre 1870 e 1920. Por fim, só depois da Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos conquistaram sua posição de liderança e exerceram sua supremacia econômica e militar dentro do mundo capitalista, mas não exerceram essa mesma hegemonia dentro do mundo soviético ou em relação à China comunista. Somente após o fim da Guerra Fria os Estados Unidos alcançaram uma supremacia unipolar sobre o mundo que, entretanto, durou apenas uma década. Nesse sentido, o que se pode afirmar com certeza a respeito do tema da hegemonia e da governança mundial é que até hoje os europeus e seus descendentes norte-americanos exerceram um verdadeiro poder estrutural sobre o sistema interestatal capitalista, por terem criado e ainda controlarem o software do sistema. Além disso, deve-se reconhecer que as duas grandes

³⁴ Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century* (Londres, Verso, 1994).

potências anglo-saxônicas, junto com os demais povos de língua inglesa, exercem, há cerca de trezentos anos, supremacia militar e hegemonia monetário-financeira sobre a maior parte do sistema político e econômico mundial. Isso, no entanto, não impediu nem impede que existam ao mesmo tempo vários outros polos ou centros de poder e de liderança da acumulação capitalista dentro do sistema. Assim, mesmo nos momentos da história em que houve um país que exerceu forte liderança dentro do grupo das grandes potências, essa hegemonia não estabilizou o sistema mundial nem interrompeu a competição entre os seus Estados – e, o que é mais importante, tampouco interrompeu a competição entre as grandes potências ou suspendeu o expansionismo da potência hegemônica.

Para entender essa aparente contradição, é preciso voltar uma vez mais às origens do sistema e ao momento em que sua competição interna promove a hierarquização inicial dos seus Estados. No topo dessa hierarquia situaram-se – desde o início – os Estados mais poderosos, que constituíram uma espécie de núcleo central ou vanguarda do sistema. A relação entre essas grandes potências foi sempre e a um só tempo de complementariedade e competição, e foi dentro desse núcleo que se originaram todas as grandes guerras europeias e mundiais desde 1648³⁵. Foram essas potências ganhadoras que lideraram o movimento expansivo de todo o sistema, inovando permanentemente e lutando entre si pelo controle de situações monopolíticas, sem poder parar de inovar e de se expandir para se manter à frente dos demais, preservando sua condição de liderança. Se os líderes desse sistema parassem de inovar e de se expandir, esse universo entraria em processo de entropia, porque o próprio universo se estabiliza e ordena por meio de sua permanente expansão. No entanto, essas grandes potências se protegem coletivamente, impedindo o surgimento de novos Estados e economias líderes, pela monopolização das armas, da moeda e das finanças, da informação e da inovação tecnológica³⁶. Por isso, o aparecimento de uma potência emergente é sempre um fator de desestabilização e mudança do sistema mundial, porque sua ascensão ameaça o monopólio das potências estabelecidas. Na verdade, porém, os grandes desestabilizadores do

³⁵ “O continente europeu como um todo começava a se tornar um sistema interdependente de países, com um equilíbrio dinâmico próprio, no qual toda mudança de poder envolvia direta ou indiretamente todas as unidades, todos os países”, em Norbert Elias, *O processo civilizador*, cit., p. 129.

³⁶ Susan Strange, *States and Markets* (Londres, Pinter, 1994).

sistema são os próprios Estados líderes ou hegemônicos, pois eles não podem parar de se expandir para manterem sua hegemonia – e, para se manterem à frente dos demais, eles precisam desafiar continuamente as regras e instituições estabelecidas por eles mesmos que possam estar bloqueando sua imperiosa necessidade de inovar e de se expandir mais do que todos os demais. Por isso, pode-se afirmar que as grandes potências hegemônicas ordenam, de fato, o sistema internacional, mas o fazem desordenando-o continuamente. E pode-se concluir categoricamente que não há nem haverá jamais como estabelecer e sustentar uma estabilidade hegemônica duradoura, ou uma paz perpétua, dentro do sistema interestatal capitalista inventado pelos europeus.

Tese 6 – O sistema interestatal acumula sua energia de forma contínua, na medida em que aumenta sua pressão competitiva interna. Em alguns momentos da sua história, no entanto, esse sistema sofreu grandes explosões expansivas que projetaram suas potências mais competitivas para fora de si mesmas, e, ao mesmo tempo, ampliaram as fronteiras globais do próprio sistema. A primeira vez que isso ocorreu, como já vimos, foi no “longo século XIII”, entre 1150 e 1350, e a segunda vez foi no “longo século XVI”, entre 1450 e 1650. Houve, porém, uma terceira grande explosão expansiva que ocorreu no “longo século XIX”, entre 1790 e 1914³⁷. Nesse caso, o aumento da pressão competitiva foi provocado: pela luta contínua entre França e Inglaterra dentro e fora da Europa; pelo surgimento e pela incorporação dos novos Estados americanos; e pela pressão causada por três novas potências emergentes – Estados Unidos, Alemanha e Japão – que cresceram muito rapidamente e revolucionaram a economia capitalista e o “núcleo central” das grandes potências. Por fim, neste início de século XXI está em pleno curso uma quarta grande explosão expansiva do sistema mundial, que começou na década de 1970. Nesse caso, o aumento da pressão dentro do sistema foi provocado pela estratégia expansionista e imperial dos Estados Unidos que se radicalizou após os anos 1970; também foi provocado pelo próprio alargamento das fronteiras do sistema e pela multiplicação dos seus Estados nacionais, depois do fim da Segunda Guerra Mundial; e, finalmente, pelo crescimento vertiginoso do poder e da riqueza dos Estados asiáticos, em particular da China. Ao contrário do que

³⁷ Eric Hobsbawm, *A Era dos Impérios* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989).

pensam muitos autores, a quarta explosão expansiva não aponta para o fim do sistema capitalista nem do sistema interestatal³⁸, apesar de ser impossível prever os seus horizontes futuros³⁹. A única certeza é que o sistema deverá encontrar novos espaços e territórios de expansão, assim como deverá derrubar novas fronteiras, movido pela mesma energia fundamental empregada em suas competições e em suas guerras internas. A longo prazo, o processo de centralização global do poder e de internacionalização da economia capitalista não elimina suas unidades competitivas básicas, ou seja, seus Estados e suas economias nacionais. Pelo contrário, a cada nova explosão expansiva, multiplicam-se os Estados e se fortalece ainda mais o seu poder nacional, porque o sistema interestatal capitalista está em permanente processo de internacionalização – mas, ao mesmo tempo, também está em permanente processo de fortalecimento dos seus poderes territoriais e de suas economias nacionais. Esses processos simultâneos são movidos pela mesma força contraditória de sua luta comum pelo poder global.

Tese 7 – Nossa análise da conjuntura internacional na segunda década do século XXI reconhece que o sistema mundial está passando por uma grande transformação estrutural, mas não considera provável que o capitalismo ou mesmo os Estados Unidos estejam vivendo uma crise terminal. O declínio relativo do poder americano deve mudar a configuração geopolítica e econômica mundial, mas os Estados Unidos devem seguir ocupando o lugar de pivô do sistema interestatal nas próximas décadas.

³⁸ Immanuel Wallerstein, *After Liberalism* (Nova York, The New Press, 1995); idem, *The End of the World as We Know It* (Londres, University of Minnesota Press, 1999).

³⁹ “Assim mesmo, nas próximas décadas, o ‘núcleo duro’ da geopolítica mundial deverá incluir, ao lado dos Estados Unidos e da China, a Rússia, graças às suas reservas energéticas, ao seu arsenal atômico e ao tamanho do seu ‘ressentimento nacional’ ou territorial, como ensinou Hans Morgenthau. Um núcleo composto, portanto, por três Estados continentais, que detêm um quarto da superfície da Terra e mais de um terço da população mundial. Nessa nova geopolítica das nações, a União Europeia terá papel secundário como aliada dos Estados Unidos enquanto não dispuser de um poder estatal unificado, com capacidade de iniciativa estratégica autônoma. Índia, Irã, Brasil e África do Sul deverão aumentar seu poder regional, em escalas diferentes, mas não serão poderes globais ainda por muito tempo. Haverá uma nova ‘corrida imperialista’, que aumentará o número dos conflitos localizados entre os principais Estados e economias do sistema. Mas é muito difícil de prever os caminhos do futuro depois dessa nova ‘era imperialista’”, em José Luís Fiori, “O sistema interestatal capitalista no início do século XXI”, cit.

Do nosso ponto de vista, os Estados Unidos estão experimentando e construindo uma nova estratégia internacional, mais arbitral e menos intervencionista, em todos os grandes tabuleiros geopolíticos do sistema mundial. O objetivo é exercer poder imperial pela promoção ativa das divisões e dos equilíbrios de poder regionais, segundo o modelo clássico da administração imperial da Grã-Bretanha durante o século XIX. Mas isso não impedirá a existência e a multiplicação dos conflitos e das guerras localizadas, porque as demais potências regionais e/ou emergentes deverão seguir trabalhando para construir blocos e coalizões capazes de resistir, equilibrar e algum dia superar o poder local dos Estados Unidos. Mas não há dúvida de que esse será o jogo que estará sendo jogado nas próximas décadas: de um lado, os Estados Unidos se distanciando e intervindo apenas em última instância; do outro, as demais potências regionais tentando escapar do cerco estado-unidense, por meio de coalizões de poder que neutralizem o divisionismo estimulado pelos Estados Unidos. Esse é, em particular, o caso da China, que já está fazendo um movimento explícito e militarizado de afirmação do seu poder e de disputa da supremacia no mar do sul do Pacífico e em todo o Leste Asiático, além de estar tomando posições cada vez mais evidentes e expansivas na luta pelo controle imperialista da África. No entanto, o mesmo deve ser dito com relação à Rússia, na Europa Central e em toda a Eurásia; com relação à Alemanha, na Europa Ocidental e também na Europa central; com relação à Índia, no sul da Ásia; com relação ao Irã, no Oriente Médio; com relação ao Brasil, na América do Sul; e, em menor escala, com relação à África do Sul e à Indonésia, em zonas imediatas de influência. De toda maneira, a própria expansão do poder americano segue fortalecendo a maior parte dessas potências que deverão competir com os Estados Unidos nas próximas décadas pelas hegemonias regionais do mundo.

Nessa nova configuração geopolítica, a União Europeia terá um papel secundário na aliança com os Estados Unidos enquanto não dispuser de um poder unificado, com capacidade de iniciativa estratégica autônoma. O aumento da fragilidade estrutural do projeto europeu começou com o fim da Guerra Fria e com a unificação da Alemanha, junto com o crescimento descontrolado da União Europeia e da Otan, que passaram da condição de projetos defensivos à condição de instrumentos de conquista territorial e de expansão da influência militar e econômica do Ocidente no Leste Europeu e também na Ásia Central e no norte da África. O alargamento em todas as direções da União Europeia e da Otan aumentou as desigualdades sociais e nacionais e reduziu o grau de homogeneidade, identidade e solidariedade

que existia no início do processo de integração, quando este era tutelado pelos Estados Unidos e havia um inimigo comum, a União Soviética. O processo de unificação monetária e de criação do euro atropelou os fatos, e se passou a construir uma moeda e um sistema monetário regional sem contar com uma autoridade fiscal e um tesouro unificado, capazes de sustentar o valor da moeda, em todas as circunstâncias e de forma igualitária, dentro e fora da Europa. Por isso, do ponto de vista geopolítico e econômico, a União Europeia enfrenta hoje as consequências e os limites de um projeto coletivo e utópico que se transformou num instrumento de afirmação da supremacia alemã, dentro da Europa. E não é possível ainda saber até quando os demais países da comunidade aceitarão a hegemonia germânica, que já foi rejeitada duas vezes nestes dois últimos séculos.

Do ponto de vista econômico e financeiro, as novas regras e instituições criadas a partir da crise dos anos 1970 permitem aos Estados Unidos definir de forma exclusiva o valor da moeda internacional, que é o dólar, lastreado pelos títulos da dívida pública do próprio poder emissor da moeda. Os Estados Unidos possuem um sistema financeiro nacional desregulado e são a cabeça de uma máquina de crescimento global que funciona em conjunto com a economia nacional chinesa. Dentro desse sistema, extremamente complexo, toda crise financeira interna da economia americana pode afetar a economia mundial pela corrente sanguínea do dólar flexível e das finanças globalizadas. Todos os seus ciclos internos de valorização de ativos – em particular, imóveis, câmbio e bolsa de valores – se descolam com facilidade dos circuitos produtivos e mercantis para os circuitos financeiros globais, apoiados pelo peso da dívida pública e da política de juros do governo estado-unidense. Por essa razão, o fenômeno das bolhas especulativas americanas é, de fato, uma ameaça permanente para a economia mundial. Não se trata, porém, apenas de capital fictício; trata-se de um ciclo específico de valorização do capital que somente ocorre dentro de um sistema monetário e financeiro desregulado e atrelado diretamente ao endividamento público do governo dos Estados Unidos. A crise econômica e financeira atual poderá ser mais ou menos extensa e profunda, mas não será a crise terminal do poder norte-americano, muito menos do capitalismo. Por enquanto, não é provável uma fuga do dólar, porque o euro, o yuan e o iene não têm fôlego financeiro internacional. Do ponto de vista estrutural, a internacionalização da economia estado-unidense, associada ao crescimento acelerado da China, produziu uma mudança estrutural no funcionamento da economia mundial com o surgimento

de um novo centro nacional de acumulação de capital – a China e seu entorno asiático –, com um poder de gravitação igual ao dos Estados Unidos. Uma espécie de bipolaridade diferente da bipolaridade geopolítica do século XX, pois naquele tempo não havia nenhuma complementariedade econômica entre os Estados Unidos e a União Soviética, embora fossem as duas maiores economias do mundo.

Com relação às chamadas potências emergentes, é importante sublinhar algumas diferenças fundamentais que distinguem China, Índia, Brasil e África do Sul como candidatos à condição de potências internacionais neste início do século XXI. De partida, China, Rússia e Índia são potências atômicas, e a China e a Rússia são membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Muito antes disso, no entanto, a China foi uma potência milenar, e somente no período entre 1840 e 1950 de sua longa história deixou de exercer supremacia e hegemonia em todo o Leste Asiático. A Rússia foi a segunda maior potência econômica e militar do mundo durante a segunda metade do século XX, e tudo indica que voltará a disputar sua antiga posição no século XXI. A Índia é uma potência militar com claras pretensões hegemônicas no sul da Ásia. Três países, portanto, que têm história e situação de poder militar absolutamente assimétricas com relação ao Brasil e à África do Sul. Apesar disso, Brasil, África do Sul e Índia – e mesmo a China – ainda ocupam a mesma posição de países ascendentes que sempre reivindicam mudanças nas regras de gestão do sistema mundial e na sua distribuição hierárquica e desigual do poder e da riqueza. Mesmo assim, o que se deve prever para as próximas décadas é um distanciamento progressivo da China com relação a esse grupo de países, visto que a China já será a maior economia mundial – e já é o segundo maior orçamento militar do mundo. Com relação à Índia, os pontos de convergência serão cada vez mais tópicos, uma vez que Brasil e África do Sul não contam por enquanto com as ferramentas de poder e com os desafios externos indispensáveis ao exercício da *realpolitik*. Ainda assim, o Brasil é o país que tem melhores condições de expandir sua presença e projetar de forma pacífica sua liderança e seu poder dentro da região em que está inserido. Na primeira década do século XXI, o Brasil aumentou sua projeção internacional e assumiu uma posição ativa de afirmação de sua liderança e de seu poder na América do Sul e no seu entorno estratégico, incluindo a África Negra e o Atlântico Sul. Em breve, o Brasil será a quinta maior potência econômica do mundo, e não há mais escolha: o crescimento e a atuação internacional já colocaram o país dentro do grupo dos Estados e das economias nacionais que fazem parte do caleidoscópio central

do sistema interestatal capitalista, em que todos competem com todos e todas as alianças são possíveis, dependendo apenas da capacidade de cada um de definir e sustentar os próprios objetivos estratégicos de expansão internacional.

II

A partir dessa visão teórica e histórica das tendências de longo prazo do sistema internacional e da leitura da sua conjuntura contemporânea, nossa pesquisa se debruçou sobre o estudo comparado do desenvolvimento econômico de dezenove países que ocuparam ou ainda ocupam posições de liderança política e econômica dentro das respectivas regiões ou do sistema interestatal capitalista como um todo, como é (ou foi) o caso de: Portugal, Espanha, França, Holanda, Inglaterra, Rússia, Alemanha, Estados Unidos, Japão e China; Coreia, Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Suécia, Dinamarca, Noruega, Argentina e Brasil⁴⁰. Essa pesquisa histórica

⁴⁰ Portugal: ver António H. R. de Oliveira Marques, *History of Portugal*, v. 1 (Nova York, Columbia University Press, 1972); Charles R. Boxer, *O império marítimo português* (São Paulo, Companhia das Letras, 2002); Malyn Newitt, *A History of Portuguese Overseas Expansion: 1400-1668* (Nova York, Taylor & Francis, 2005).

Espanha: ver Federico Chabod, *Carlos V y su imperio* (México, Fondo de Cultura Económica, 2003); *The New Modern Cambridge History: the Decline of Spain and Thirty Years War 1609-1648/9*, v. 5 (Cambridge, Cambridge University Press, 1970); Jaime Vicent Vives (org.), *Historia de España y America*, v. 5 (Vicens Bolsillo, Barcelona, 1974); Jan Glete, *War and the Statye in Early Modern Europe: Spain, the Dutch Republic and Sweden as Fiscal-Military States – 1500-1660* (Londres, Routledge, 2002).

França: ver Louis Halphen, *Charlemagne et L'Émpire Caroligien* (Paris, Albin Michel, 1968); Robert Bartlett, *The Making of Europe Conquest: Colonization and Cultural Change – 150-1350* (Nova Jersey, Princeton University Press, 1993); Stephen P. Reyna e R. E. Downs (orgs.), *Deadly Developments: Capitalism, States and War*, cit.; Ronald Findlay e Kevin O'Rourke, *Power and Plenty, Trade, War, and the World Economy in the Second Millennium*, cit., cap. 5; Jeremy Black, *The Rise of the European Powers: 1679-1793* (Londres, Edward Arnold, 1990); Norbert Elias, *O processo civilizador*, v. 2 (Rio de Janeiro, Zahar, 1976), cap. 2.

Holanda: ver Jonathan I. Israel, *The Dutch Republic, Its Rise, Greatness, and Fall: 1477-1805* (Oxford, Clarendon Press, 1995); George Edmundson, *Anglo-Dutch Rivalry During the First Half of the Seventeenth Century* (Oxford, Clarendon Press, 1911); J. P. Cooper (org.), *The New Cambridge Modern History v. IV: the Decline of Spain and the Thirty Years War – 1609-1648/59* (Cambridge, Cambridge University Press, 1970); Federico Chabod, *Carlos V y su imperio*, cit.

Inglaterra: ver Nicolas Canny (org.), *The Oxford History of the British Empire*, v. 1: *The Origins of Empire* (Oxford, Oxford University Press, 1998); John S. Bromley, *The New Cambridge History*, v. 6: *The Rise of Great Britain and Russia – 1688-1725* (Cambridge, Cambridge University Press,

nos permitiu formular algumas generalizações que podem servir de hipóteses para estudos futuros sobre as condições geopolíticas do desenvolvimento econômico das grandes potências capitalistas e de alguns países ricos que não foram potências militares, mas ocupam posições estratégicas importantes na luta entre as grandes potências.

1. Nenhum caso de desenvolvimento econômico nacional bem-sucedido consegue ser entendido e explicado isoladamente ou a partir de fatores exclusivamente endógenos. Em todos os países estudados, o desenvolvimento econômico obedeceu a estratégias e seguiu caminhos que foram desenhados em resposta a grandes desafios sistêmicos, de natureza geopolítica. Independentemente de quais fossem as coalizões de interesse, de classe ou de governo, em todos esses países em algum momento formou-se um bloco de poder que respondeu da mesma forma a esses desafios externos, por meio de estratégias ofensivas e de políticas de fortalecimento

1971); Peter George M. Dickson, *The Financial Revolution in England: a Study in the Development of Public Credit – 1688-1756* (Londres, Gregg Revivals, 1993); Peter J. Cain e Anthony G. Hopkins, *British Imperialism: 1688-2000* (Londres, Longman, 2002); Niall Ferguson, *Empire: How Britain Made the Modern World* (Londres, Penguin, 2004).

Rússia: ver Alexander Gerschenkron, *Economic Backwardness in Historical Perspective* (Cambridge-MA, Harvard University Press, 1962); George B. Carson Jr., “The State and Economic Development: Russia, 1890-1939”, em Hugh G. J. Aitken (org.), *The State and Economic Growth* (Nova York, Social Science Research Council, 1959); John S. Bromley, *The New Cambridge History*, v. 6, cit.; Dominic Lieven, *Empire: the Russian Empire and its Rivals* (New Haven, Yale University Press, 2000); Moshe Lewin, *O século soviético* (Rio de Janeiro, Record, 2007).

Alemanha: ver Antonio Ramos-Oliveira, *Historia social y política de Alemania* (Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 1964), 2 v.; Thorstein Veblen, *Imperial Germany and the Industrial Revolution* (Nova York, Economic Classics, 1964); Louis Leo Snyder, *Roots of German Nationalism* (Londres, Indiana University Press, 1978); Alexander Gerschenkron, *Bread and Democracy in Germany* (Nova York, Howard Fertig, 1966).

Estados Unidos: ver George C. Herring, *From Colony to Superpower: U. S. Foreign Relations Since 1776* (Nova York, Oxford University Press, 2008); Luiz Alberto Moniz Bandeira, *Formação do Império Americano* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005); Richard Bense, *Yankee Leviathan: the Origins of Central State Authority in America – 1859-1877* (Cambridge, Cambridge University Press, 1990); José Luís Fiori, “O poder global do Estados Unidos: formação expansão e limites”, em José Luís Fiori (org.), *O poder americano*, cit.; Chalmers Johnson, *The Sorrows of Empire* (Nova York, Metropolitan Books, 2004).

Japão: ver Kyoko Sheridan, *Governing the Japanese Economy* (Cambridge, Polity, 1993); Chalmers Johnson, *MITI and the Japanese Miracle: the Growth of Industrial Policy – 1925-1975* (Stanford, Stanford University Press, 1982); idem, *Japan, Who Governs? The Rise of the Developmental State* (Nova York, Norton, 1995); Robert Wade, *Governing the Market: Economic Theory and the Role of Government in East Asian Industrialization* (Princeton, Princeton University Press, 1990).

econômico sustentadas por longos períodos. No entanto, não se consegue identificar nenhuma coalizão específica de classes cujos interesses apontem sempre e necessariamente na direção de um projeto expansivo ou desenvolvimentista. Pelo contrário, o que se percebe é que distintas coalizões de interesse podem dar respostas e sustentar estratégias semelhantes – expansionistas e desenvolvimentistas – frente a configurações e desafios geopolíticos análogos.

2. Todos esses países vitoriosos se formaram e se desenvolveram dentro de tabuleiros geopolíticos altamente competitivos, por isso compartilharam, ao longo da história, de um sentimento constante de cerco e de ameaça externa, de invasão ou de fragmentação de seus territórios por parte de outros países que foram ou também se transformaram em grandes potências. Isso explica a centralidade da preocupação que manifestam com relação à própria defesa, e também sua permanente preparação para a guerra – uma guerra futura, virtual. Mais do que isso, todos os países que se transformaram em grandes potências capitalistas passaram por longos períodos de guerra ou por guerras extremamente destrutivas. No caso

China: ver Denis C. Twitchett e John K. Fairbank, *Cambridge History of China* (Cambridge, Cambridge University Press, 2008), v. 8, 9 e 10; Denis Lambert, *Géopolitique de la Chine: du bronze antique au plutonium* (Paris, Elipses, 2009); Martin Jacques, *When China Rules the World* (Nova York, Penguin, 2009).

Coreia: ver Alice H. Amsden, *Asia's Next Giant: South Korea and Late Industrialization* (Nova York, Oxford University Press, 1989); World Bank, *The East Asian Miracle: Economic Growth and Public Policy* (Nova York, Oxford University Press, 1993); Jun-en Woo, *Race to the Swift: State and Finance in Korean Industrialization* (Nova York, Columbia University Press, 1991).

Austrália, Canadá e Nova Zelândia: ver Hugh G. J. Aitken, “Defensive Expansionism: the State and Economic Growth in Canada”, em Hugh G. J. Aitken (org.), *The State and Economic Growth*, cit.; Gary Richard Hawke, “Acquisitiveness and Equality in New Zealand's Economic Development”, *The Economic History Review*, v. 32, n. 3, 1979, p. 376-90; Alan George L. Shaw, *The Economic Development of Australia* (Londres, Longman, 1973); Carl E. Solberg, “Argentina y Canada: una perspectiva comparada sobre su desarrollo economico, 1919-1939”, *Desarrollo Económico*, v. 21, n. 82, 1981.

Suécia, Dinamarca e Noruega: ver M. Roberts, “Sweden and the Baltic 1611-1654”, em J. P. Cooper (org.), *The New Cambridge Modern History*, v. 6, cit.; Ragnhild M. Hatton, “Charles XII and the Great Northern War”, em John S. Bromley, *The New Cambridge History*, v. 6, cit.; Jan Glete, *War and the State in Early Modern Europe: Spain, the Dutch Republic and Sweden as Fiscal-Military States – 1500-1660* (Londres, Routledge, 2002); S. Kuhnle, “Il modello scandinavo dell'era dell'integrazione europea: spinte al cambiamento interne ed esterne”, em M. Ferrera, *Stato sociale e mercato* (Torino, Fondazione Giovanni Agnelli, 1993); A. Martin, “La dinámica del cambio en una economía keynesiana: el caso sueco y sus implicaciones”, em C. Crouch (org.), *Estado y economía en el capitalismo contemporáneo* (Madri, Ministerio del Trabajo y Seguridad Social, 1979); Göran Therborn, “Swedish Social Democracy and the Transition from Industrial to Postindustrial Politics”, em Frances Fox Piven (org.), *Labor Parties in Postindustrial Societies* (Londres, Polity, 1991).

dos países envolvidos nesses tabuleiros de alta competitividade e belicosidade, qualquer alteração no poder ou na riqueza de algum dos outros participantes sempre provocou reações em cadeia, do ponto de vista militar e econômico. Essa ameaça futura de guerra ocupou lugar central no desenho dos objetivos estratégicos de suas políticas de desenvolvimento e de industrialização e, ainda mais, na luta constante pela liderança do processo de inovação tecnológica e pelo controle das tecnologias de ponta. No mundo dos “grandes ganhadores”, quando existe incompatibilidade temporária entre a conquista de situações monopólicas e a obtenção de lucros extraordinários, ou quando estão em disputa recursos estratégicos, a prioridade sempre foi a conquista e a defesa das posições monopólicas⁴¹.

3. Mesmo no caso dos pequenos países desenvolvidos, que enriqueceram sem se transformar em grandes potências, é possível identificar a influência e a importância direta ou indireta de sua posição geopolítica sobre seu desenvolvimento econômico. Em geral, são países cuja posição territorial os colocava em algum ponto decisivo

Argentina: ver Mario Rapoport, *História econômica, política y social de la Argentina: 1880-2003* (Buenos Aires, Emecé, 2012); Tulio Halperin Donghi, *Una nación para el desierto argentino* (Buenos Aires, Prometeo, 2009); idem, *Guerra y finanzas en los orígenes del Estado argentino: 1791-1850* (Buenos Aires, Prometeo, 2005); Roberto Cortés Conde, “The Export Economy of Argentina: 1880-1920”, em Roberto Cortés Conde e Shane J. Hunty (orgs.), *The Latin American Economies* (Londres, Holmes & Meier, 1985); Arturo O’Connell, “Argentina into Depression: Problems of an Open Economy”, em Rosemary Thorp (org.), *An Economic History of Twentieth-Century Latin America* (Oxford, Palgrave, 2000), v. 2; Leslie Bethell (org.), *História da América Latina*, v. 4: *1870 a 1930* (São Paulo, Edusp, 1986); Andrés E. F. Haines, *O peronismo: um fenômeno argentino – uma interpretação da política econômica argentina: 1946-1955* (Porto Alegre, UFRGS, 2007), tese de doutoramento.

Brasil: ver Luiz Alberto Moniz Bandeira, *A expansão do Brasil e a formação dos estados na bacia do Prata* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012); idem, *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul, da Triplíce Aliança ao Mercosul* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010); Marco A. Pamplona e Maria Elisa Mäder (orgs.), *Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas: região do Prata e Chile* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2007); Caio Prado Jr., *História econômica do Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1971); Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil* (1959) (São Paulo, Companhia das Letras, 2006); Raymundo Faoro, *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro* (1958) (Porto Alegre/São Paulo, Globo/USP, 1975); Maria da Conceição Tavares, *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira* (Campinas, Unicamp, 1998); idem, *Acumulação de capital e industrialização no Brasil* (Campinas, Unicamp, 1998); Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Renata Coutinho, *Desenvolvimento capitalista no Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1982), v. 1 e 2; João Manuel Cardoso de Mello, *O capitalismo tardio* (São Paulo, Brasiliense, 1984).

⁴¹ Ver Edward L. Morse, James Richard, “The Battle for Energy Dominance”, *Foreign Affairs*, Nova York, mar.-abr. 2002; Ernani Teixeira Torres Filho, “O poder do petróleo na geopolítica americana”, em José Luís Fiori (org.), *O poder americano*, cit.; Igor Fuse, *Energia e relações internacionais* (São Paulo, Saraiva, 2013).

da competição ou do enfrentamento das grandes potências, transformando-os em protetorados militares ou econômicos de alguma das potências envolvidas no conflito. Esses países podem estar próximos ou distantes da potência protetora, mas sempre estarão próximos do território de seus concorrentes ou adversários e aceitam subordinação à política de defesa de sua potência protetora em troca do acesso privilegiado a seus mercados e fluxos de crédito, financiamento e investimento direto.

4. Todos os países que se transformaram em grandes potências capitalistas enfrentaram, no momento de sua arrancada, rebeliões sociais ou guerras civis que estiveram associadas ou foram provocadas, invariavelmente, pela invasão ou ameaça de invasão externa. Essas rebeliões cumpriram papel decisivo na formação e na consolidação da unidade territorial, nacional, religiosa ou civilizatória desses países, como se essas rebeliões ajudassem a superar divisões sociais internas e contribuíssem para forjar a energia expansiva responsável pelo impulso desenvolvimentista interno e pela consequente projeção do poder internacional deles. Independentemente das forças que tenham saído vitoriosas desses conflitos internos, todas elas souberam utilizar o conflito como fator de mobilização nacional e de legitimação de seus projetos expansivos. Em todos os casos de sucesso econômico também se identifica a existência de um núcleo estratégico unido e coeso dentro do próprio Estado, que foi o grande responsável pela definição e manutenção dos objetivos estratégicos que se mantêm constantes durante longo tempo, apesar das eventuais mudanças de governo ou de regime político. Esses núcleos, ou centros de poder, demonstram sempre – em todos os casos estudados – grande flexibilidade e grande capacidade de adaptação e mudança, sem alterar seus objetivos, frente a eventuais alterações na configuração do sistema de poder em que estão inseridos.

5. Todas as grandes potências foram expansivas e imperialistas desde o momento da consolidação de seus centros de poder internos e utilizaram suas economias nacionais como instrumento de poder a serviço de suas estratégias imperialistas, definindo as grandes metas de suas economias nacionais e de sua própria política econômica a partir desses objetivos estratégicos situados no campo do poder. Por isso, a luta dessas grandes potências parece quase inseparável da luta pela expansão contínua do seu território econômico supranacional e pelo controle monopólico de novos mercados, de bens, créditos ou investimentos. Nessa luta, todas as grandes potências e grandes capitais privados desrespeitaram sistematicamente as regras e instituições competitivas de mercado. Nesse ponto, pode-se dizer que existe

uma “lei de ferro”: a liderança do capitalismo sempre esteve nas mãos dos capitais privados e das economias nacionais que, apoiadas no poder internacional de seus Estados, conseguiram operar com sucesso na contramão das leis do mercado. Assim, também se pode dizer que todas as potências vencedoras foram mercantilistas e não seguiram os preceitos liberais durante o período de arrancada até o momento em que já podiam ombrear com seus principais concorrentes da perspectiva de sua luta pelo poder e pela riqueza. Além disso, do ponto de vista estritamente macroeconômico, também pode-se dizer que as grandes potências desrespeitaram sistematicamente os preceitos da ortodoxia econômica em nome de sua luta pela conquista de mais poder, e mesmo assim conseguem manter sua credibilidade fiscal e financeira, acumulando ainda mais poder.

6. As grandes potências vencedoras sempre impuseram as próprias moedas como moedas de referência, tornando-as uma espécie de delimitação de seus territórios econômicos supranacionais. Conforme as barreiras tarifárias tradicionais foram sendo abolidas, a moeda se transformou na grande fronteira que separa e hierarquiza os territórios econômicos das grandes potências. Na luta entre os Estados e as economias nacionais, houve países que conseguiram impor a própria moeda dentro de territórios regionais, mas apenas dois países lograram impor, até hoje, sua moeda em escala internacional: Inglaterra e Estados Unidos. Muitos países que se propuseram a alcançar ou superar as potências anglo-saxônicas tiveram pleno sucesso tecnológico e industrial, mas nenhum conseguiu desafiar ou substituir a moeda e a centralidade do sistema financeiro das duas líderes do sistema interestatal capitalista nos últimos duzentos anos. Quando existiu essa possibilidade de contestação, foi também quando se viu bloqueado o caminho de ascensão da potência emergente. Mesmo no caso da sucessão monetária anglo-saxônica, a passagem da libra para o dólar foi precedida de uma longa luta estado-unidense de conquista de território e imposição progressiva de sua moeda, começando pelo Caribe e pela América Central. Foi somente após a vitória dos Estados Unidos nas duas grandes guerras do século XX e após todos os Estados europeus, incluindo a Inglaterra, se endividarem com o governo norte-americano que o país logrou impor sua moeda como referência internacional. Desse modo, no caso do dólar, como já havia acontecido com a libra, a escolha da moeda internacional não foi dos mercados, mas um subproduto da guerra e da vitória da superpotência, que soube impor antes sua superioridade política e militar.

7. As grandes potências sempre tiveram o poder de emitir dívida pública muito superior ao dos demais Estados do sistema. Por isso os títulos da dívida pública das grandes potências sempre tiveram maior credibilidade que os títulos dos Estados situados nos degraus inferiores da hierarquia do poder e da riqueza internacional. Marx⁴² percebeu a importância decisiva da dívida pública para a acumulação privada do capital, e vários historiadores⁴³ têm chamado a atenção para a importância do endividamento dos Estados no seu processo de “empoderamento”⁴⁴. A dívida pública da Inglaterra, por exemplo, passou de 17 milhões de libras, em 1690, para 700 milhões de libras, em 1800, justamente no período em que o país se transformou numa grande potência imperial e global. E o mesmo aconteceu com os Estados Unidos⁴⁵ e sua capacidade de endividamento, que também aumentou com a expansão de seu poder global, dentro e fora da América⁴⁶. E, ainda agora, no século XXI,

⁴² “Como com um toque de varinha mágica, ela infunde força criadora no dinheiro improdutivo e o transforma, assim, em capital, sem que, para isso, tenha necessidade de se expor aos esforços e riscos inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária. Na realidade, os credores do Estado não dão nada, pois a soma emprestada se converte em títulos da dívida, facilmente transferíveis, que, em suas mãos, continuam a funcionar como se fossem a mesma soma de dinheiro vivo. Porém, ainda sem levarmos em conta a classe de rentistas ociosos assim criada e a riqueza improvisada dos financistas que desempenham o papel de intermediários entre o governo e a nação, e abstraindo também a classe dos coletores de impostos, comerciantes e fabricantes privados, aos quais uma boa parcela de cada empréstimo estatal serve como um capital caído do céu, a dívida pública impulsionou as sociedades por ações, o comércio com papéis negociáveis de todo tipo, a agiotagem, numa palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia”, em Karl Marx, *O capital*, Livro I, cit., p. 824-5.

⁴³ “Qualquer teoria sobre o significado econômico da dívida pública está obrigada a esclarecer por que tanto no século XVIII quanto no século XIX a Grã-Bretanha foi capaz de superar concorrentes superiores econômica e demograficamente, por que conseguiu evitar crises políticas internas associadas a uma dívida muito alta e, sobretudo, por que emergiu como a ‘primeira nação industrial’, apesar de sustentar uma dívida pública de tamanho e duração ímpar”, em Niall Ferguson, *A lógica do dinheiro, riqueza e poder no mundo moderno: 1700-2000* (Rio de Janeiro, Record, 2007), p. 138.

⁴⁴ Peter George Muir Dickson, *The Financial Revolution in England* (Londres, Gregg Revivals, 1993); idem, “War Finance, 1689-1714”, em John S. Bromley, *The New Cambridge History*, v. 6, cit.

⁴⁵ “Assim, apesar das críticas ao déficit americano, este tornou-se, na prática, o único elemento de estabilização do mercado monetário e de crédito internacional. O preço desta ‘estabilidade’ tem sido a submissão dos demais países à diplomacia do dólar e o ajustamento progressivo de suas políticas econômicas ao desiderato do ‘equilíbrio global do sistema’”, em Maria da Conceição Tavares, “A retomada da hegemonia americana”, em Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori (orgs.), *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização* (Petrópolis, Vozes, 1997).

⁴⁶ “Durante as três primeiras décadas do século XX, houve um grande fluxo de capital de bancos privados norte-americanos para países como Canadá, Austrália e a maioria das nações da Europa Ocidental, Japão e alguns países mais ricos da América Latina. Mas os países que não eram atraentes para os bancos de investimento dos EUA tornaram-se os lugares da ‘Diplomacia do

são os títulos da dívida pública dos Estados Unidos que seguem lastreando seu crédito internacional e sustentando o atual sistema monetário internacional.

Para concluir essas generalizações históricas, pode-se propor uma tipologia ideal extremamente simples e hipotética com relação aos caminhos do desenvolvimento econômico dos países, levando-se em conta sua posição geopolítica e hierárquica e sua estratégia de acumulação de poder internacional, considerando que um mesmo país pode ocupar distintas posições dentro dessa tipologia em distintos momentos de sua história e que todos os países podem se propor a mudar sua posição relativa dentro dessa hierarquia, mesmo quando não se proponham a ser economias plenamente industrializadas, Estados líderes, ou mesmo potências regionais ou globais:

i) Num primeiro grupo, situam-se os países que lideram a expansão do sistema interestatal e do capitalismo, em distintos níveis e momentos da história. São Estados nacionais que têm uma visão estratégica e instrumental de suas economias nacionais e lutam permanentemente para expandir seus territórios econômicos supranacionais. Esses Estados e economias líderes mantêm entre si uma relação de competição e disputa de poder permanente, e jamais abrem mão do controle dos processos de inovação tecnológica e militar. Como resultado de sua posição, dispõem de melhores condições de endividamento e maior grau de liberdade na escolha e na realização de suas políticas econômicas, podendo alterá-las com mais facilidade em função das circunstâncias e na medida em que possam repassar para terceiros os custos de seus ajustes internos sem sofrer nenhum tipo de penalidade – visto que, afinal, são eles mesmos que controlam a moeda e o crédito internacional.

ii) Num segundo grupo, situam-se os países que são derrotados e submetidos, ou que adotam livremente estratégias de integração ou subordinação direta, com relação à economia e às políticas econômicas das “potências líderes”⁴⁷, transformando-se em protetorados econômicos ou militares dessas potências. São países que obtêm acesso privilegiado aos mercados e aos capitais de suas potências protetoras em troca da sua submissão à política externa e à política monetário-financeira delas. Esse foi

Dólar’, responsável pela criação de zonas de influência diretas da moeda e da dívida pública norte-americana. Nesse percurso, a expansão militar foi a força propulsora da expansão financeira, isto é, bancária e monetária”, em Mirelli Malaguti Ferrari, *A dívida pública como um dos fundamentos do poder americano* (Rio de Janeiro, UFRJ, 2013), tese de doutoramento, p. 135-6.

⁴⁷ Carlos A. Medeiros, Franklin Serrano, “Padrões monetários internacionais e crescimento”, em José Luís Fiori (org.), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* (Petrópolis, Vozes, 1999).

o caso, por exemplo, dos domínios ingleses, mas também dos países derrotados na Segunda Guerra Mundial que depois foram transformados em protetorados militares dos Estados Unidos, contando com as mesmas facilidades – ao menos por um tempo – de acesso ao crédito e aos mercados de capitais dos antigos domínios britânicos que também viraram protetorados estratégicos dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial.

iii) Num terceiro grupo, situam-se os países que questionam a hierarquia internacional de poder e adotam estratégias econômicas direcionadas à mudança do *status quo*, procurando superar a lacuna tecnológica, industrial e financeira que os separa das potências líderes do sistema. Em geral, adotam políticas econômicas mercantilistas protecionistas com relação à própria indústria e ao mercado interno, visando acelerar seu crescimento econômico. No entanto, o fundamental é que seus objetivos de longo prazo não são definidos a partir da economia, nem são submetidos aos ditames da política econômica, uma vez que são projetos nacionais que podem ser bloqueados e podem não conseguir superar as barreiras à entrada impostas pelas grandes potências, como foi o caso da Alemanha e da União Soviética⁴⁸ na Europa, do Japão na Ásia e da Argentina e do Brasil na América do Sul. Também podem ter sucesso e dar origem a uma nova potência regional ou global, como foi o caso dos Estados Unidos na primeira metade do século XX e parece estar sendo o caso da China neste início de século XXI. Ainda assim, os países que foram bloqueados ou destruídos tendem a voltar à disputa, mantendo os mesmos objetivos, mas mudando suas estratégias, com vistas a enfrentar ou contornar o bloqueio das grandes potências que controlam as barreiras à entrada ao núcleo central do sistema. Esse é o caso, por exemplo, da Alemanha e da Rússia nestes primeiros anos do século XXI.

iv) Por fim, num quarto grupo, incluem-se todos os demais países situados no “andar de baixo”, isto é, na periferia do sistema. São Estados que não têm condições ou não se propõem a desafiar a ordem estabelecida e aceitam sua posição política subalterna dentro do sistema internacional de poder, mantendo-se como eventuais fornecedores de bens específicos – primários ou industriais – das economias que lideram o desenvolvimento capitalista mundial ou regional. São países com baixa

⁴⁸ José Luís Fiori, “O poder e o dinheiro: uma hipótese e várias lições”, em José Luís Fiori, Marta Skinner de Lourenço e José Carvalho de Noronha, *Globalização: o fato e o mito* (Rio de Janeiro, Editora da Uerj, 1998).

capacidade de endividamento, fortes restrições externas e inteira submissão às políticas econômicas definidas pelas potências dominantes⁴⁹, mesmo sem gozar das condições favoráveis oferecidas aos protetorados.

Por fim, uma pergunta inevitável: o caminho dos “ganhadores” está aberto para todos os países? Sim, está aberto, mas poucos serão os vencedores, porque a energia que move esse sistema, conforme vimos, vem da luta contínua entre Estados, economias nacionais e capitais privados, pela conquista de posições monopólicas que são desiguais por definição. Ainda assim, todos os Estados podem se propor a modificar sua posição relativa dentro do sistema, ainda que não queiram necessariamente ser uma potência regional ou internacional.

III

Por último, quando se relê a história da centralização do poder e criação dos Estados nacionais da América do Sul – desse mesmo ponto de vista teórico – descobre-se uma surpreendente similitude com a Europa, que em geral não é destacada pelas interpretações tradicionais do desenvolvimento sul-americano⁵⁰, em especial na região geopolítica do Cone Sul e na região geoeconômica da bacia do Prata, que possui um dos territórios de mais alta produtividade do continente e inclui parte expressiva de Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e também do sul e do sudeste brasileiros, onde se encontram os estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e parte de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, integrados pelo rio Paraná e seus principais afluentes: Parnaíba, Rio Grande, Tietê e Paranapanema. Dentro desse território relativamente contínuo e homogêneo, as guerras de independência e as guerras civis que se sucederam e se prolongaram durante toda a primeira metade do século XIX até o fim da Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870⁵¹, produziram efeitos análogos àqueles produzidos pela Europa – uma história

⁴⁹ José Luís Fiori, “Estados, moedas e desenvolvimento”, em idem (org.), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, cit.

⁵⁰ Nós mesmos já defendemos uma interpretação diferente, em artigos anteriores, nos quais sugerimos a hipótese de que teria sido apenas no século XX que a competição entre seus Estados teria produzido efeitos semelhantes ao resto do sistema interestatal capitalista. Ver, por exemplo, José Luís Fiori, “Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana” (Brasília, Ipea/Cepal, 2010).

⁵¹ Luiz Alberto Moniz Bandeira, *A expansão do Brasil e a formação dos estados na bacia do Prata*, cit.

que se repetiu dentro do Cone Sul, do outro lado da cordilheira dos Andes, onde o Chile também possuía terras de alta produtividade e conquistou seu território atual, por meio de sucessivas guerras vitoriosas contra o Peru e a Bolívia, ao norte, e contra populações e territórios indígenas, ao sul, transformando-se num dos Estados nacionais que mais cedo se centralizou e militarizou em toda a América do Sul. Após esse período de guerras e de definição de fronteiras e hierarquias, Paraguai, Bolívia e Uruguai foram perifêrizados por Argentina, Brasil e Chile, mas a competição geopolítica e militar entre esses três países se prolongou até o século XX. E foi nesse século de rivalidade, competição e disputas regionais dentro desse tabuleiro geopolítico que a Argentina liderou o primeiro grande milagre econômico da América do Sul, entre 1870 e 1940; logo em seguida, o Brasil liderou o segundo grande milagre econômico do continente, entre 1937 e 1980, completando 110 anos de alto crescimento econômico contínuo dentro da mesma região geoeconômica, algo absolutamente inusitado na economia mundial. Esse desenvolvimento contínuo, no entanto, não foi obra do acaso nem obedeceu a nenhum tipo de determinismo, conforme se pode ver pelo estudo da história da Argentina e do Brasil:

i) O arranco do milagre econômico argentino se deu logo após a Guerra do Paraguai e a unificação do Estado argentino na década de 1860, que obedeceu a uma estratégia geopolítica muito clara, ao ser traçada pela mesma elite civil, militar e intelectual que governou a Argentina e comandou sua expansão territorial e econômica com o propósito explícito de superar o Brasil na disputa pela hegemonia do Cone Sul⁵². Foi essa competição estratégica que orientou as “Guerras do Deserto” e a conquista do Pampa e da Patagônia pelos argentinos nas décadas de 1870 e 1880 – conquista esta que abriu as portas para a velocíssima expansão da rede ferroviária do país, o que permitiu a ocupação demográfica e o fortalecimento econômico dos novos territórios, ocupados por imigrantes trazidos da Europa. A partir daí, o Estado argentino se unificou definitivamente, suas Forças Armadas assumiram a liderança militar da América do Sul e a Argentina impôs sua hegemonia dentro de

⁵² Os presidentes Bartolomeu Mitre, Domingos Sarmiento e Julio Roca foram lideranças políticas, intelectuais e militares centrais na formulação desse projeto expansionista e hegemônico da Argentina. O lema do general Roca no comando geral da “conquista do deserto” era “extinguit, submeter ou dispersar”, consigna vitoriosa que o conduziu à presidência do país duas vezes, entre 1880 e 1886 e, mais tarde, entre 1898 e 1904.

todo o território do antigo vice-reinado do Prata, o que permitiu que sua economia crescesse de forma contínua durante meio século a uma taxa média anual de 6%. No início do século XX, a Argentina havia se transformado no país mais rico do continente sul-americano e na sexta ou sétima economia do mundo. Entre 1870 e 1940 a Argentina foi a principal aliada da Inglaterra, ocupando lugar central dentro da estratégia geopolítica desse país na América do Sul, sem chegar, entretanto, a ser um protetorado militar inglês. Além disso, o expansionismo argentino do século XIX foi financiado por sua economia exportadora e sua capacidade de endividamento junto à banca inglesa, embora a Argentina nunca tenha sido um domínio inglês, tampouco um país subdesenvolvido, e certamente não estaria condenado à condição de periferia primário-exportadora se tivesse conseguido reajustar seu projeto estratégico e econômico sob as condições geopolíticas criadas pelo fim da Segunda Guerra Mundial, pelo declínio da Inglaterra e pela nova supremacia mundial dos Estados Unidos. Nesse momento, o governo de Juan Domingos Perón propôs uma estratégia conservadora de realinhamento internacional e desenvolvimento econômico nacionalista e popular, mas esse projeto foi bloqueado pelos Estados Unidos, pelo Brasil e por parte significativa da elite e da sociedade argentina. O grande projeto estratégico da segunda metade do século XIX havia se esgotado, as elites dirigentes haviam perdido sua coesão e a sociedade argentina não conseguiu mais se unir em torno de uma estratégia nacional que tivesse a mesma força e unidade alcançada no século anterior.

ii) Como se fosse uma sequência ou consequência quase direta dessa desaceleração argentina, o Brasil construiu seu próprio milagre econômico entre 1937 e 1980. E, por trás do sucesso econômico que obteve nesse período, pode-se também identificar – no Brasil, como já havia acontecido na Argentina – a existência de um projeto e de uma estratégia que foram formulados nas primeiras décadas do século XX pela elite civil, militar e intelectual conservadora. Para os formuladores desse projeto, o Brasil foi superado pela Argentina após o fim da Guerra do Paraguai, vendo-se, assim, cercado pelos países de língua hispânica, então fortalecidos por sua aliança econômica e militar com a Inglaterra⁵³. Essas ideias e propostas foram elaboradas

⁵³ Esse diagnóstico foi formulado por uma geração de diplomatas e intelectuais e por um grupo de jovens militares que se formaram na Alemanha a partir de 1906 e trouxeram para o Brasil as ideias da escola geopolítica alemã, da segunda metade do século XIX, exemplificadas pelas figuras de Hermes da Fonseca, José Maria Paranhos, Góes Monteiro e Getúlio Vargas, ao lado de

e amadurecidas durante as duas primeiras décadas do século XX, mas apenas foram colocadas em prática de forma sistemática e consistente a partir da década de 1930. Depois disso, durante meio século – entre 1937 e 1980 –, o poder do Estado brasileiro foi recentralizado e reaparelhado burocraticamente, suas Forças Armadas foram reorganizadas e reequipadas e o Brasil acabou ultrapassando a Argentina do ponto de vista econômico e militar, transformando-se na principal economia do continente sul-americano. Nesses cinquenta anos, a economia brasileira cresceu a uma taxa média de 7%, e sua indústria, a uma taxa média de 9% ao ano. Ao final da década de 1970, o Brasil se singularizava na América do Sul pela centralidade econômica de seu Estado desenvolvimentista, pela extensão de sua indústria e pelo dinamismo de seu setor exportador. Esse projeto conservador de desenvolvimento e de supremacia regional foi apoiado pelos Estados Unidos entre os anos 1950 e 1970, quando o Brasil foi transformado no pivô da política externa estado-unidense para a América do Sul, ainda que o Brasil nunca tenha chegado a ser propriamente um protetorado militar dos Estados Unidos. Entre o fim da Segunda Guerra e a década de 1970, os Estados Unidos apoiaram o desenvolvimentismo sul-americano, independentemente de serem governos democráticos ou ditatoriais; no entanto, se opuseram terminantemente e bloquearam qualquer tentativa de transformar o desenvolvimentismo na base material de um projeto estratégico que tivesse uma política internacional autônoma, sobretudo se envolvesse uma ação conjunta do Cone Sul ou algum tipo de produção ou utilização autônoma da energia nuclear. Foi o que aconteceu na Argentina, com o governo Peron, em 1955, e no Brasil, com os governos de Getúlio Vargas, em 1954, e de João Goulart, em 1964. Na década de 1970, a crise econômica e as mudanças geopolíticas internacionais obrigaram o Brasil a redefinir sua estratégia de inserção internacional e sua política de desenvolvimento econômico. Foi nesse momento que o governo do general Geisel

intelectuais como Alberto Tores e Oliveira Viana, entre tantos outros. Foram eles que construíram, em conjunto, a teoria do “cerco argentino” e a proposta do *catch up* e da superação do poder econômico e militar do país vizinho e de seus aliados de língua castelhana. Esse arcabouço de ideias e objetivos foi sendo afinado ao longo do tempo e começou a ser colocado em prática de forma mais consistente pela Revolução de 30 e, em particular, pelo Estado Novo, liderado por essa mesma elite militar e civil que, posteriormente, comandou o projeto desenvolvimentista brasileiro até 1985. A esse propósito, ver Ricardo Zortéa Vieira, *Lembraí-vos da guerra: ameaça geopolítica, organização do Estado e desenvolvimento econômico no pensamento militar brasileiro – 1913-1964* (Dissertação de Mestrado em Economia Política Internacional, Rio de Janeiro, UFRJ, 2013).

se propôs a transformar o Brasil numa potência intermediária, com uma política internacional e nuclear mais autônoma, apoiada em um projeto econômico de capitalismo de Estado. Esse projeto, porém, também foi vetado e bloqueado pela política externa norte-americana e acabou sendo atropelado pela política econômica internacional dos Estados Unidos, nas décadas de 1970 e 1980, com o apoio de uma parte significativa da elite civil que havia apoiado inicialmente o regime militar.

Podemos dizer que o extraordinário desenvolvimento econômico da Argentina e do Brasil nos séculos XIX e XX seguiu o mesmo padrão dos demais países com altos índices de crescimento econômico analisados neste prefácio. Nos dois casos, o desenvolvimento foi orientado por estratégias análogas e opostas de competição sistêmica pela hegemonia do Cone Sul. Essas estratégias foram formuladas internamente, dentro de cada um dos dois países, embora tivessem sido apoiadas, estimuladas e instrumentalizadas pela Inglaterra e pelos Estados Unidos, respectivamente, como forma de equilibrar as forças e neutralizar o poder expansivo dos países que compõem o Cone Sul, em particular Brasil, Argentina e Chile, e sua influência sobre todo o continente sul-americano.

Rio de Janeiro, 9 de abril de 2014

HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO

1.1

A TEORIA CLÁSSICA DO DESENVOLVIMENTO¹

Entre 1650 e 1950, a Inglaterra participou de 110 guerras aproximadamente, dentro e fora da Europa, ou seja, em média, uma a cada três anos. E entre 1783 e 1991, os Estados Unidos participaram de cerca de 80 guerras, dentro e fora da América, ou seja, em média, também, uma a cada três anos.

José Luís Fiori, “A guerra”, *Valor Econômico*, São Paulo, 9 set. 2009.

O economista inglês William Petty (1623-1687) escreveu dois pequenos textos que revolucionaram o pensamento econômico do século XVII, e que estão na origem da economia política clássica: o “Tratado sobre impostos e contribuições”, publicado em 1662, e a “Aritmética política”, publicado em 1690, depois de sua morte. Nesses dois escritos, Petty desenvolve uma teoria econômica que dá importância central ao papel do Estado e das guerras no funcionamento das sociedades. Sua teoria parte da definição dos principais “encargos públicos”, e depois propõe uma estratégia econômica de multiplicação dos recursos necessários para o cumprimento dessas funções. Para Petty, a primeira obrigação do Estado é a “defesa por terra e mar da sua paz interna e externa, como também a vindicação honrosa das ofensas de outros Estados”², e a forma de obter os recursos indispensáveis é por meio dos tributos. Mas, segundo Petty, o aumento da tributação depende do aumento da produtividade e do “excedente econômico” nacional. No momento em que Petty publicou sua obra, a Inglaterra era uma potência de segunda ordem e se sentia ameaçada pela França e pela Holanda. Petty estava voltando de um breve exílio em Paris e Amsterdã – onde foi secretário particular de Thomas Hobbes – e tinha

¹ Este artigo foi publicado originalmente com o título “A defesa, o ataque e a economia política”, *Valor Econômico*, São Paulo, 7 out. 2009.

² William Petty, *Tratado dos impostos e contribuições* (1662) (São Paulo, Abril Cultural, 1983), p. 15.

uma grande preocupação que se transformou no ponto de partida de toda a sua teoria: a necessidade de defender o território inglês, aumentando sua produtividade e seu produto nacional. Por isso, sua economia política introduz, pela primeira vez, o conceito de “excedente econômico” como principal instrumento do poder do Estado, e rompe definitivamente com a tradição do pensamento mercantilista.

William Petty foi um grande economista político, mas pode-se dizer que foi também um profeta: após sua morte, em 1687, a Inglaterra deu seus primeiros passos pelo caminho que a transformou na principal potência do sistema mundial, até meados do século XX. Apesar do seu tamanho e de sua inferioridade inicial, a pequena ilha começou a expandir seu poder, seu território e sua riqueza de forma contínua durante os três séculos seguintes, em que construiu o Império Britânico e consolidou a supremacia mundial do capitalismo inglês. No entanto, apesar dessa antecipação profética, William Petty não previu duas coisas fundamentais: 1) a transformação da Inglaterra numa potência agressiva; e 2) a transformação dessa agressão e do “ataque” num mecanismo de acumulação de riqueza.

A preocupação política e a teoria de Petty visavam aumentar o poder defensivo da Inglaterra e, do ponto de vista estritamente militar, o objetivo da “defesa” será sempre a conservação de determinado território. É impossível, no entanto, acreditar que todas as 110 guerras que a Inglaterra declarou, entre 1650 e 1950, tenham sido “defensivas”, uma vez que a maioria delas foi travada fora do território europeu. Ou seja, depois da morte de Petty, a Inglaterra acabou se transformando numa potência agressiva e conquistadora, e o mesmo se pode dizer da sua colônia norte-americana, que seguiu os passos da Metrópole até se transformar na maior potência do sistema mundial, na segunda metade do século XX. O território norte-americano nunca foi atacado, mas, apesar disso, as “treze colônias” expandiram seu território de forma contínua, desde o momento da sua independência. Nos dois casos, portanto, a proposta defensiva de Petty foi substituída por uma estratégia agressiva de acumulação de poder, mas, além disso, Petty não previu que o “ataque” pudesse se transformar numa forma de acumular a riqueza de maneira mais rápida do que pelo aumento da produtividade. A expansão da Inglaterra começou muito antes da sua Revolução Industrial, e foi financiada pelo aumento dos tributos e da sua dívida pública, que cresceu de forma exponencial durante o século XVIII, passando de 17 milhões de libras esterlinas, em 1690, para 700 milhões de libras, em 1800. Nesta trajetória ascendente, a expansão inglesa acabou se autofinanciando,

graças ao aumento da sua tributação nacional e extraterritorial, e do surpreendente aumento da credibilidade da sua dívida pública, que cresceu apesar das guerras e do desequilíbrio fiscal de curto prazo da mesma forma como aconteceu nos Estados Unidos, onde a capacidade de tributação e de endividamento do Estado também cresceu de mãos dadas e de forma permanente. Nos dois casos, portanto, foi o ataque, e não a defesa, que permitiu aumentar permanentemente o endividamento público dos dois Estados, junto com a acumulação rápida e exponencial da riqueza privada, fora dos circuitos produtivos e mercantis. A teoria de Petty não previu essa “mágica anglo-saxônica”, apesar de o seu segredo já ter sido revelado por Thomas Hobbes – o grande amigo e mentor intelectual de William Petty – em seu *Leviatã*: “Os que se contentarem em se manter tranquilamente dentro de modestos limites e não aumentarem seu poder por meio de invasões serão incapazes de subsistir durante muito tempo, por se limitarem apenas a uma atitude de defesa³.”

Agora, bem: essa “mágica” estará ao alcance de todos os Estados e economias capitalistas? Sim e não, a um só tempo, porque, neste jogo, se todos ganhassem ninguém ganharia, e os que já ganharam estreitam o caminho dos demais, reproduzindo dinamicamente as condições da desigualdade. Além disso, é possível conceber formas de acumulação de poder e riqueza que não passem pelos ataques territoriais. No entanto, com certeza esse não foi o caminho seguido pela Inglaterra e pelos Estados Unidos, as duas grandes potências ganhadoras que conseguiram transformar sua dívida pública num instrumento de poder e, ao mesmo tempo, num mecanismo de acumulação de riqueza nacional.

Outubro de 2009

³ Thomas Hobbes, *Leviatã* (1651) (São Paulo, Abril Cultural, 1983, Coleção Os Pensadores), p. 72.

1.2

NO PRINCÍPIO ERA PORTUGAL

O sistema mundial em que vivemos – interestatal e capitalista – surgiu na Europa, e só na Europa, entre 1150 e 1450, a partir de um longo conflito sistêmico entre feudos e centros imperiais de poder que conseguiram transformar suas economias naturais em economias capitalistas mais poderosas do que a dos seus rivais. Nesse período, a Península Ibérica cumpriu um papel decisivo na formação do próprio sistema e no início de sua expansão para fora da Europa. Os reinos de Castela, León e Aragão foram o núcleo político do Império de Habsburgo e dominaram a Europa durante o século XVI, sob a batuta de Carlos V e Felipe II. Antes dos espanhóis, no entanto, o reino de Portugal já havia se estruturado como Estado nacional, e foi ele também que liderou o primeiro século da expansão mundial da Europa depois da conquista de Ceuta, em 1415.

Portugal nasceu de um pequeno feudo, situado entre os rios Minho e Douro, que se rebelou contra León e Castela em 1143 e depois travou uma guerra expansiva de mais de dois séculos em duas frentes: contra os muçulmanos, ao sul, e contra os espanhóis, ao leste. Foi nesse período de guerra quase contínua com os mouros e os castelhanos que se formou o Estado português, depois da reconquista de Lisboa, em 1147, da expulsão definitiva dos árabes do Algarve, em 1249, e da assinatura do Tratado de Paz, de 1432, que terminou por referendar a separação e o reconhecimento mútuo entre Portugal e Castela, algumas décadas após a Revolução de Avis, em 1385. Foi, porém, apenas no século seguinte à expulsão mulçumana de 1249 que Portugal criou as estruturas legais, tributárias e administrativas do seu Estado moderno – esse mesmo Estado que seguiu se expandindo durante mais um século e meio, depois da paz com os castelhanos, até construir o primeiro grande império marítimo da história moderna. O impulso inicial dessa expansão “para fora” não parece ter tido objetivo nem sucesso mercantil imediato, e só promoveu a ocupação e a colonização dos territórios conquistados depois de 1450, na ilha

da Madeira. Além disso, o empreendimento português contou com ajuda externa, mas se financiou, sobretudo, às custas da capacidade tributária do novo Estado e da riqueza de suas Ordens Militares religiosas – em particular, os Templários, sucedidos pela Ordem de Cristo, depois da sua extinção em 1312 – que forjaram em conjunto uma verdadeira máquina de guerra, conquista e tributação.

Por volta de 1147, a economia portuguesa era local, e seu comércio era feito em espécie. Após 1249, no entanto, houve aumento constante da circulação nacional de mercadorias, a partir da reforma monetária e do tabelamento de preços promovido por d. Afonso III, na década de 1250. Em 1293, d. Diniz criou a primeira Bolsa mercantil do país, com um sistema de seguros para os navios portugueses e suas cargas, e durante toda a segunda metade do século XIII foram criadas mais de quarenta feiras comerciais, responsáveis pela articulação inicial do mercado nacional português. Até o século XVI, o Estado português foi o maior proprietário de terras do país, e atuou como uma espécie de banco de financiamento das atividades econômicas públicas e privadas. Foi só em 1500 que o governo português conseguiu criar seu próprio sistema de títulos da dívida pública consolidada, e foi apenas depois de 1540 que essa espécie primitiva de capitalismo de Estado foi cedendo lugar ao desenvolvimento de um capitalismo privado de grandes companhias mercantis. Entretanto, esse processo foi interrompido em 1580 pela incorporação de Portugal ao Império Espanhol de Felipe II, e, depois, pela submissão diplomática, financeira e comercial definitiva de Portugal à Holanda e à Inglaterra, a partir de 1640.

Esta história pioneira de Portugal deixou algumas lições sobre a formação do sistema interestatal e do próprio capitalismo:

- i) o primeiro Estado nacional europeu já nasceu dentro de um sistema de poderes competitivos;
- ii) suas fronteiras territoriais, sua unidade política e sua identidade nacional foram construídas por duas guerras que duraram mais de duzentos anos;
- iii) essas guerras nacionais se prolongaram imediatamente, num movimento de expansão “para fora”, na direção da África, da Ásia e da América, que durou ainda mais um século e meio;
- iv) essas guerras e conquistas não tiveram, de início, um objetivo prioritariamente mercantil, mas assim mesmo, a longo prazo, tiveram um papel decisivo na criação e expansão de uma economia de mercado e de um capitalismo nacional incipiente;

v) nesse período, essa economia nacional de forte cunho estatal não chegou a se privatizar nem a criar um sistema nacional de bancos e crédito capaz de mobilizar o capital financeiro português, o segredo do sucesso posterior da Holanda e da Inglaterra;

vi) por fim, pode-se dizer que Portugal teve um papel decisivo no *big bang* do sistema interestatal capitalista, que está vivendo uma nova explosão expansiva neste início de século XXI.

Março de 2012

1.3

CASTELA E SEU “IMPÉRIO MERCANTILISTA”

É comum entre os historiadores econômicos falar do Império Espanhol como se tivesse sido apenas um anacronismo medieval ou feudal, no meio de uma Europa moderna, formada por Estados nacionais e por economias capitalistas. No fim do século XVI, no entanto, a Espanha de Felipe II chegou a ser o primeiro poder global da história da humanidade, e, na verdade, teve um papel absolutamente decisivo no nascimento do sistema interestatal europeu. No auge, as fronteiras do Império Espanhol incluíam, dentro da Europa, os territórios atuais da Espanha e de Portugal, além dos territórios dos Países Baixos, do sul da Alemanha, da Áustria, da Boêmia, da Hungria, do Franco-Condado e de uma grande parte da Itália. Fora da Europa, seu poder territorial alcançava quase toda a zona costeira das Américas, desde o Alasca até a Patagônia, e desde o estado atual da Geórgia, nos Estados Unidos, e da América Central e do Caribe, até a Argentina e também o Brasil, no período entre 1580 e 1640. Um verdadeiro império global com cerca de 27 milhões de quilômetros quadrados, defendidos por um exército de cerca de 300 mil homens, em campanha permanente¹, dentro e fora da Europa.

Esse império global foi construído a partir do poder territorial de Castela e León, e de suas guerras de conquista com seus vizinhos portugueses, e com seus invasores mouros, dentro do antigo território romano da Hispânia. No entanto, diferentemente de Portugal, mesmo depois da união de Castela e Aragão e da conquista do Reino de Granada, em 1492, os espanhóis seguiram em estado de guerra permanente na Itália, na Alemanha, nos Países Baixos, nos Bálcãs, na América e ao longo de todo o Mediterrâneo contra franceses, holandeses, alemães, índios americanos e contra o Império Otomano de Suleiman II. O objetivo último do expansionismo espanhol era obter uma monarquia universal europeia, que não foi

¹ Paul E. Kennedy, *Ascensão e queda das grandes potências* (Rio de Janeiro, Campus, 1989), p. 62.

alcançada, mas suas conquistas e as próprias resistências encontradas pelo caminho foram decisivas para forjar a identidade e a organização da própria Europa moderna, com seus Estados e economias nacionais:

i) em primeiro lugar, porque foi a guerra secular dos Habsburgos contra os otomanos que definiu – em última instância – a fronteira continental externa e a identidade civilizatória da Europa;

ii) em segundo lugar, porque foram as guerras espanholas que integraram, em última instância, o território econômico e o tabuleiro geopolítico europeu, culminando com a Guerra dos Trinta Anos, que pode ser considerada a primeira grande guerra mundial europeia;

iii) em terceiro lugar, porque foi a guerra entre o Império Espanhol e a França que se transformou no eixo de referência dos demais Estados europeus durante os séculos XVI e XVII, ocupando um papel decisivo na formação do próprio Estado nacional francês, além de ter contribuído para o nascimento da Holanda e para a transformação da Inglaterra numa fortaleza mercantilista – e, a partir daí, na primeira grande economia nacional capitalista;

iv) em quarto lugar, porque as conquistas espanholas dentro e fora da Europa cumpriram um papel decisivo na integração e no funcionamento dos mercados constitutivos da economia mundial europeia e no nascimento e fortalecimento defensivo das economias nacionais e de suas políticas protecionistas ou mercantilistas;

v) em quinto lugar, porque as guerras do império dentro do Sacro Império germânico-cristão, e contra os partidários do movimento da Reforma, contribuíram decisivamente para a construção da identidade protestante e dissidente da Europa do Leste;

vi) e em sexto e último lugar, porque as conquistas espanholas fora do continente europeu criaram o espaço político e cultural onde nasceriam – nos séculos XVIII e XIX – os primeiros Estados nacionais soberanos fora da Europa.

Além disso, é importante sublinhar que o projeto de expansão do Império Espanhol mercantilista foi concebido e dirigido pela elite militar e aristocrática castelhana, e foi financiado pelos tributos de Castela e dos Países Baixos, e pela enorme capacidade de endividamento do império, cuja credibilidade era garantida por suas sucessivas vitórias militares e pela prata de suas colônias americanas. Nesse

período, a prata e a dívida pública do Império Espanhol funcionaram como moeda de referência e âncora de sustentação de um sistema internacional de pagamentos ainda imperfeito, mas que já operava de forma capitalista e relativamente integrada na Europa, na América e na Ásia. Em síntese, o centro político e fiscal do império foi sempre ocupado por uma espécie de Estado nacional formado por Castela, León e Aragão, mas esse Estado não se transformou numa grande potência após o declínio do seu império devido ao sucesso do seu modelo econômico fiscalista-mercantilista e à extensão e à heterogeneidade dos territórios que adquiriu por via exclusivamente dinástica. Talvez por isso mesmo a Espanha não tenha logrado construir nessa época um sistema tributário que estivesse integrado com sua dívida pública e com seus bancos, como aconteceu com a Holanda e com a Inglaterra, e, em menor escala, com a França, os três Estados nacionais que se transformariam nas potências dominantes do sistema interestatal capitalista após a derrota espanhola na Guerra dos Trinta Anos.

Setembro de 2012

1.4

FRANÇA: SOBERANIA E “CAPITALISMO DE ESTADO”

At this time financial capacity, not economic capacity, was, in the last resort, the limiting factor which decided the length, and modified the intensity, of war.

Peter G. M. Dickson, “War Finance: 1689-1714”, em John S. Bromley (org.), *The New Cambridge History* (Cambridge, Cambridge University Press), v. 4, p. 284.

Desde o início do sistema interestatal europeu, a França ocupou um lugar central entre as grandes potências responsáveis pela produção da ética internacional e pela administração supranacional da guerra e da paz entre as nações. Sua origem remonta ao Império Romano e às invasões dos povos francos do século V, e à divisão do império de Carlos Magno, no século IX. O historiador escocês Robert Bartlett considera, inclusive, que os francos lideraram a primeira grande explosão expansiva dentro do território desintegrado do antigo Império Romano que teria sido a responsável pelo que se chama de “europeização da Europa”, ocorrida entre os anos 950 e 1350¹. No entanto, não há dúvida de que foi na Guerra dos Cem Anos (1337-1453) contra a Inglaterra que a França forjou sua unidade e sua identidade nacional, criando as condições para que o rei Luís XI (1461-1483) acelerasse o processo de centralização do poder que culminou com a formação do Estado nacional francês. Depois disso, nos séculos XVI e XVII, o reino da França bloqueou o projeto do Império de Habsburgo de construção de uma única monarquia europeia, polarizando o tabuleiro geopolítico europeu com a Espanha durante quase dois séculos. Após a vitória francesa na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), entretanto, a França de Luís XIV, Mazarino e Colbert se transfor-

¹ Robert Bartlett, *The Making of Europe Conquest: Colonization and Cultural Change - 950-1350* (Nova Jersey, Princeton University Press, 1993).

mou no centro de referência de toda a Europa continental, começando logo em seguida uma nova e longa disputa hegemônica com a Inglaterra que durou até a derrota final de Bonaparte, em 1814. Depois da derrota francesa em Waterloo e da Conferência de Viena, os países da Santa Aliança, juntamente com a Inglaterra, montaram um verdadeiro muro de contenção da França, que foi eficaz dentro da Europa, mas não diminuiu o ímpeto francês na África e na Ásia, onde se tornou a segunda maior potência colonial da Europa. Já no século XX, a França teve um papel central nas suas duas grandes guerras mundiais, e, logo depois, liderou o processo de criação da União Europeia, mantendo no século XXI uma espécie de posição de “xerife ocidental” na África Negra e no mundo árabe.

Nessa longa trajetória, a França exerceu várias vezes sua supremacia dentro da Europa, mas foi no período entre a Guerra dos Trinta Anos e a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) que a França alcançou sua maior glória e exerceu uma hegemonia cultural, política e militar incontestada dentro do continente europeu, sendo a grande responsável pela vitória universal do princípio da soberania e da *raison d'État* consagrado pela Paz de Vestfália. Nesse mesmo período, a França criou um Estado nacional forte e centralizado que se transformou no tipo ideal do Estado nacional moderno, dando, assim, contribuição decisiva para o desenvolvimento do mercantilismo e da teoria mercantilista, com sua defesa da intervenção estatal na economia sempre que fosse com o objetivo de fortalecer o poder da nação francesa. A trajetória política de Jean-Baptiste Colbert (1619-1683) é emblemática, porque ele começou sua carreira como comissariado de guerra muito antes de se tornar o ministro da Fazenda de Luís XIV, para depois assumir o Ministério da Marinha da França. As ideias de Colbert se transformaram num verdadeiro consenso nacional francês após sua morte: para ele, a luta pelo desenvolvimento econômico e pela industrialização era, sobretudo, uma luta para expandir o poder do Estado francês, e foi esse projeto estratégico que semeou as raízes do futuro capitalismo de Estado francês. Não há dúvidas, no entanto, de que a França perdeu pontos decisivos na disputa econômica com a Holanda e com a Inglaterra, após o fracasso do projeto de John Law (1671-1719)², que propôs criar na França um banco que detivesse o monopólio de todas as atividades financeiras e fazendárias do país, como no

² O economista escocês John Law é considerado o “pai” das finanças modernas e foi grande defensor da introdução do papel-moeda e dos títulos lastreados em terras e impostos, e não pelo saldo da balança comercial.

caso dos bancos de Amsterdã e da Inglaterra, criados em 1609 e 1694, respectivamente. O fracasso de Law fragilizou financeiramente a França, impedindo que ela realizasse sua própria “revolução financeira”³, como haviam feito Holanda e Inglaterra, e essa fragilidade teve importância decisiva para a baixa capacidade de endividamento do Estado francês e para suas derrotas militares do século XVIII e XIX. Em particular, para sua derrota para a Inglaterra na Guerra dos Sete Anos, na qual a França perdeu a supremacia naval dos oceanos e o controle colonial da Índia, do Canadá e da Louisiana. A partir daí, o país se transformou numa potência continental e esteve sempre sitiada ou bloqueada por sucessivas coalisões de poder, quase sempre lideradas ou incentivadas pela Inglaterra. Isso não impediu que a França mantivesse sua condição de grande potência, nem impediu o sucesso do seu desenvolvimento econômico e industrial, mas a impediu de se tornar uma potência global, como a Inglaterra.

Março de 2012

³ Peter G. M. Dickson, *The Financial Revolution in England* (Vermont, Gregg Revivals, 1993).

1.5

A REVOLUÇÃO ECONÔMICA HOLANDESA¹

Nos séculos XVI e XVII, a Holanda foi berço do capitalismo comercial e da ciência moderna, e foi a pátria de Grotius, Spinoza, Vermeer, Rembrandt, Huygens e Swammerdam, entre tantos outros gênios que viveram em Amsterdã, Utreque ou Leiden, como Descartes ou Hobbes. Naquele período, a Holanda foi considerada terra por excelência do inconformismo e da liberdade do pensamento, e foi também o lugar onde se deu o primeiro milagre econômico nacional da história do capitalismo. Assim mesmo, costuma se dedicar pouca atenção à história real, violenta e descontínua que está por trás da visão estilizada e idílica da ascensão holandesa, e de sua revolução capitalista.

No século XVI, os Países Baixos eram uma pequena província do Império de Habsburgo de Carlos V e Felipe II, retalhada por rios e canais, e ocupada por uma rede compacta de cidades. Naquele período, suas cidades costeiras funcionaram como um dos entrepostos mercantis do Império Espanhol, com um comércio de baixo valor agregado e pouco impacto sobre toda a economia da província. A partir de 1540, entretanto, o pequeno território holandês foi transformado no epicentro geopolítico e militar da guerra entre o Império Espanhol e a França, que começou no final do século XV, em território italiano², e se prolongou durante quase todo o século XVI. A partir desse momento, aumentou enormemente a pressão tributária e a opressão política e religiosa dos espanhóis sobre sua província, provocando uma reação cada vez mais violenta, que se transformou em insurreição nacional a partir de 1572. Seguiram-se oitenta anos de resistência e luta até o reconhecimento espanhol

¹ Este artigo foi publicado originalmente com o título "O milagre econômico holandês", *Valor Econômico*, São Paulo, 23 maio 2012.

² Referência à guerra entre os valois e os habsburgos que se estendeu de 1494 a 1559 e que se desenvolveu de forma predominante em território italiano, começando pela ocupação de Nápoles por Carlos VIII, então rei da França.

da independência holandesa na Paz de Vestfália, em 1648. Nesses oitenta anos, as províncias unidas viveram cercadas e em estado permanente de guerra, dentro do seu próprio território. Em 1585, a situação havia se deteriorado de tal forma que Amsterdã chegou a oferecer a soberania holandesa aos reis da França e da Inglaterra, e viveu dois anos como protetorado da rainha Elizabeth I. No entanto, em 1590 esse cenário mudou de forma súbita e radical: Amsterdã centralizou o poder e impôs sua hegemonia dentro da federação, e, em seguida, fez um enorme esforço fiscal e organizou em poucos anos um dos maiores e mais eficientes exércitos da Europa, iniciando uma ofensiva militar impressionante e vitoriosa que conquistou 43 cidades e 55 fortalezas espanholas, em menos de dez anos. Na sequência, criou um anel protetor de cidades fortificadas e militarizadas, e manteve sua ofensiva até o estabelecimento de uma trégua de doze anos com a Espanha, entre 1609 e 1621.

O que chama a atenção é que foi exatamente nesse período da ofensiva vitoriosa da revolução que se deu o chamado milagre econômico holandês, com o aumento exponencial dos seus gastos e investimentos, do seu comércio de alto valor, da sua indústria e da sua inovação tecnológica, da sua finança e da sua integração econômica nacional³. Foram quinze anos de expansão acelerada, e só ao final desse período se pode falar de comércio de longa distância e de império colonial, que começam com a criação da Companhia das Índias Orientais, em 1602. Além disso, foi nesse mesmo período que a Holanda completou sua revolução financeira, com a criação de um mecanismo de financiamento de suas guerras por meio de um motor revolucionário de multiplicação nacional da riqueza financeira, alimentado pelos seus títulos da dívida pública de longo prazo, negociados na bolsa de valores e transformados na base do sistema de crédito holandês.

A história segue e é longa, mas podem-se tirar algumas lições dessa revolução holandesa:

i) só depois de 1590 a Holanda deixou de ser apenas um dos entrepostos mercantis do Império Espanhol para se transformar numa economia capitalista dos grandes lucros extraordinários e do comércio de alto valor agregado;

³ Jonathan I. Israel, *The Dutch Republic, Its Rise, Greatness, and Fall: 1477-1805* (Oxford, Clarendon Press, 1995), p. 307.

ii) a fronteira da economia nacional holandesa foi criada pelo próprio cerco dos exércitos espanhóis. E, dentro desse território sitiado, foi a luta revolucionária e a centralização do poder que deram o primeiro impulso ao milagre capitalista da Holanda;

iii) os economistas heterodoxos costumam dizer que o investimento cria sua própria poupança, mas no caso do modelo holandês se poderia dizer que foi a revolução que criou seu próprio investimento, público e privado;

iv) assim mesmo, é interessante observar que também houve revolução ou guerra nacional no início da expansão de todas as demais grandes potências, como foi o caso de Portugal e da Espanha, mas também da Inglaterra, dos Estados Unidos, da Alemanha, do Japão, da Rússia ou mesmo da França – e agora também da China;

v) e, por fim, a grande lição de toda esta história é que, depois da Holanda, todos os grandes milagres econômicos do capitalismo que se sustentaram no tempo fizeram parte constitutiva do processo de ascensão das suas grandes potências.

Maio de 2012

1.6

O DESENVOLVIMENTO INGLÊS¹

O milagre econômico inglês, que deu origem ao capitalismo moderno, começou no século XVII, muito antes da chamada Revolução Industrial. De forma aproximada, pode-se dizer que seu início ocorreu entre a República de Cromwell (1649-1659) e o reinado de Guilherme III, o “rei holandês”, que governou a Inglaterra entre 1689 e 1702. Cromwell aumentou o poder naval da Inglaterra, fez guerra e venceu a Holanda (1652-1654) e a Espanha (1654-1660), as duas grandes potências marítimas do século XVII, e conquistou a ilha da Jamaica, em 1655, criando a primeira colônia do futuro Império Britânico. Além disso, Cromwell editou, em 1651, o I Ato da Navegação, que fechou os portos ingleses aos navios estrangeiros e se transformou no primeiro ato mercantilista agressivo da Inglaterra, fechando as fronteiras de sua economia nacional. Três décadas depois, Guilherme III enfrentou e venceu a França na Guerra dos Nove Anos (1688-1697), iniciou a Guerra da Sucessão Espanhola (1702-1712) e conquistou e submeteu a Irlanda e a Escócia. Ao mesmo tempo, no campo econômico, promoveu uma fusão revolucionária das instituições financeiras holandesas – que eram mais avançadas – com as finanças inglesas, criando o Banco da Inglaterra e um novo sistema de financiamento da dívida pública inglesa atrelado à bolsa de valores e ao sistema de crédito da banca privada. Uma revolução financeira que deu à Inglaterra poder de fogo econômico e militar – em qualquer lugar do mundo – muito superior ao das demais potências europeias.

Foi exatamente nesse período que nasceu a economia política clássica, como projeto de fortalecimento do Estado inglês e como estratégia de transformação de sua economia nacional num instrumento de defesa e projeção internacional da Inglaterra. Naquele momento, a Inglaterra ainda era uma ilha pouco povoada e secundária dentro da hierarquia de poder dos Estados europeus, onde se destacavam

¹ Este artigo foi publicado originalmente com o título “Muito antes de Keynes”, *Valor Econômico*, São Paulo, 25 dez. 2012.

Espanha, França, Suécia e a própria Holanda. Ela parte de uma situação inferior, mas muito rapidamente se transforma numa potência agressiva e expansiva depois da referida incorporação ou submissão da Irlanda e da Escócia. Após a constituição da Grã-Bretanha, a Inglaterra seguiu sua trajetória expansiva, sem interrompê-la até meados do século XX. Nesses dois séculos e meio, participou de 110 guerras, dentro e fora da Europa, financiadas pela expansão do seu próprio excedente econômico e pela multiplicação de sua capacidade de endividamento fiscal por meio da revolução financeira de 1690, que imitou e aprofundou o modelo original holandês. E chama a atenção que a dívida pública inglesa tenha crescido de 17 milhões de libras, em 1690, para 700 milhões, em 1800, sem que o Banco da Inglaterra ou a própria Inglaterra tivessem perdido – em nenhum momento – a sua credibilidade junto aos credores privados e públicos, nacionais e internacionais. Pelo contrário, durante todo esse período a Inglaterra conseguiu obter crédito a taxas de juros muito inferiores às dos demais países, e com condições de pagamento muito melhores do que as oferecidas à sua principal concorrente naquele momento, a França.

Resumindo e apressando a história, já é possível identificar alguns traços fundamentais e específicos do desenvolvimentismo inglês:

- i) o desenvolvimento inglês foi ligado umbilicalmente à expansão do poder internacional da Inglaterra, e essa expansão foi muito importante para o aumento da produtividade e do excedente da economia inglesa;
- ii) nesse contexto, pode-se entender por que as guerras e a preparação para a guerra ocuparam um lugar tão importante no desenho estratégico do desenvolvimentismo do Estado e dos capitais ingleses;
- iii) o expansionismo inglês nunca foi liderado pela indústria ou pela burguesia industrial, e sim pelas suas elites ligadas à terra, às armas e às finanças²;
- iv) a estratégia de desenvolvimento da Inglaterra seguiu sendo basicamente a mesma, antes e depois da crítica ao mercantilismo, da economia política clássica, e também antes e depois da Revolução Industrial;
- v) o próprio protecionismo de Cromwell se manteve até o século XIX, e só foi abandonado depois que a Inglaterra já era a maior potência militar e econômica mundial;

² Ver mais a respeito em Peter J. Cain e Anthony G. Hopkins, *British Imperialism: 1688-2000* (Londres, Longman, 2001).

vi) a finança, a dívida pública e a imposição progressiva da libra como moeda do território econômico supranacional da Inglaterra foram os principais instrumentos de poder responsáveis pelo sucesso internacional do capitalismo inglês;

vii) e, por fim, o desenvolvimentismo inglês não teria sido o mesmo sem a complementaridade dos Estados Unidos, que foi sempre sua principal fronteira de expansão financeira, e depois se transformou no herdeiro direto deste mesmo modelo inglês de desenvolvimento e expansionismo contínuo. Só como ponto de comparação, entre 1783 e 2012 os Estados Unidos já fizeram ou participaram de mais ou menos 85 guerras – em média, uma a cada três anos, como no caso da Inglaterra.

Agora, bem: o que é importante destacar é que por trás da ficção ideológica liberal, o modelo de desenvolvimento econômico da Inglaterra foi sempre expansivo e agressivo, e foi construído à sombra do movimento de projeção do poder do Estado inglês, dentro e fora da própria Inglaterra, segundo a estratégia proposta pela economia política clássica de William Petty.

Maio de 2012

1.7

O CAPITALISMO AMERICANO

Years before the Declaration of Independence, Benjamin Franklin, George Washington and Thomas Jefferson, as well as a considerable ratio of New England's most prominent Congregationalist ministers already talked of America reaching the Mississippi or even the Pacific to become the next century great empire.

Kevin Phillips, *The Cousins' Wars* (Nova York, Basic Books, 1999), p. 116.

A publicação, em 1894, do livro do economista inglês John A. Hobson (1858-1940), *A evolução do capitalismo moderno*¹, transformou-se numa referência obrigatória para a interpretação do desenvolvimento econômico dos Estados Unidos. Depois de Hobson, vários historiadores e economistas retomaram sua tese sobre a originalidade radical do capitalismo americano, *vis-à-vis* o desenvolvimento europeu, em particular depois da Guerra de Secessão (1861-1865), com o surgimento das grandes corporações e do capital financeiro que teriam revolucionado a organização microeconômica e mudado a face do capitalismo mundial. Do nosso ponto de vista, entretanto, essas transformações ajudam a entender o milagre econômico dos Estados Unidos do início do século XX, mas não explicam as próprias transformações.

Estados Unidos foi o primeiro Estado nacional que nasceu fora da Europa, mas não nasceu fora do sistema geopolítico e econômico europeu. Muitos consideram, inclusive, que a Guerra da Independência estado-unidense foi um capítulo da disputa entre a Inglaterra e a França pela supremacia mundial, escrito entre as duas grandes guerras – dos Sete Anos e Bonapartista – que definiram a hierarquia

¹ John Atkinson Hobson, *A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada* (1894) (São Paulo, Nova Cultural, 1985).

de poder internacional e a supremacia inglesa, dentro e fora da Europa, a partir de 1815. Durante esse período de guerras, os Estados Unidos sempre se sentiram cercados e ameaçados – simultânea ou sucessivamente – por Inglaterra, França e Espanha, e tiveram que negociar seu reconhecimento e suas fronteiras com o núcleo duro das grandes potências europeias. Assim mesmo, os Estados Unidos acabaram se transformando no único Estado nacional situado fora da Europa que nasceu de um império e de uma economia em plena expansão vitoriosa. Mais do que isso: nasceu e se formou durante a chamada Revolução Industrial inglesa, que transformou os Estados Unidos na primeira periferia primário-exportadora da economia industrial inglesa. Situação econômica privilegiada que se consolidou e se expandiu durante todo o século XIX, antes e depois da Guerra de Secessão, enquanto a Inglaterra abria espaços de expansão comercial para sua ex-colônia e assumia a responsabilidade – em alguns momentos – por cerca de 60% do investimento direto dentro de todo o território norte-americano, que passou a fazer parte de uma espécie de zona de coprosperidade anglo-saxônica, ou mesmo num caso *avant la lettre* de desenvolvimento a convite da Inglaterra.

Entretanto, desde sua independência os Estados Unidos foram governados por uma elite coesa e com um *intense commitment* imperial, e mantiveram um ritmo de expansão política e territorial contínua por meio da guerra, da diplomacia e do comércio. Antes da Guerra Civil, foram 37 guerras indígenas e mais as guerras do Texas e do México, em 1837 e 1846, responsáveis pela duplicação do território estado-unidense. Mais à frente, vieram a Guerra Civil e a Guerra Hispano-Americana, e uma sucessão de intervenções militares no Caribe, num movimento de expansão que se acelerou no século XX, alcançando Europa, Ásia, Oriente Médio e África. Nos seus 250 anos de história independente, os Estados Unidos iniciaram, em média, uma guerra a cada três anos, exatamente como a Inglaterra, e contaram com a vantagem de serem membros por nascimento da pequena comunidade dos estados produtores da “ética internacional” que arbitram as “guerras justas” e o “livre comércio”.

A história segue e é extensa, mas já se pode dizer que ela fornece fortes indícios de que:

i) o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos não foi uma exceção; pelo contrário, foi uma parte essencial da expansão e das contradições do sistema interestatal e do capitalismo europeu;

ii) o sucesso do capitalismo americano não foi puramente endógeno, nem apenas uma obra das grandes corporações e do capital financeiro que nasceram à sombra da Guerra Civil;

iii) o “apoio externo” foi decisivo para o sucesso da economia americana, que foi sempre a principal fronteira de expansão do capital financeiro inglês;

iv) a guerra contínua teve um papel estratégico no desenho da política industrial e agrícola, e no desenvolvimento científico e tecnológico dos Estados Unidos;

v) e, por fim, a expansão política, territorial e bélica dos Estados Unidos foi à frente do processo de internacionalização das grandes corporações, do capital financeiro e da moeda norte-americana.

Uma história, portanto, de desenvolvimento econômico como a das demais potências do sistema mundial, mas muito diferente da interpretação economicista de Hobson e seus discípulos.

Agosto de 2012

1.8 O CAPITALISMO FELIZ

A história do desenvolvimento capitalista dos séculos XIX e XX registra a existência de alguns países com altos níveis de desenvolvimento, riqueza e qualidade de vida, e com baixa propensão nacional expansiva ou imperialista. Como é o caso das ex-colônias britânicas, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, e dos países nórdicos, Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia. Todos apresentam taxas de crescimento alta, constante e convergente, desde 1870, só inferior à da Argentina, até a Primeira Guerra Mundial. Hoje são economias industrializadas, especializadas e sofisticadas; nos últimos anos, a Noruega tem mantido sua posição como terceira maior renda *per capita* e o maior índice IDH (0,943) do mundo; a Austrália, a quinta renda *per capita* e o segundo melhor IDH do mundo (0,929); e quase todos têm renda média *per capita* entre 50 mil e 60 mil dólares anuais. A Noruega é considerada hoje o país mais rico do mundo em reservas *per capita*, e foi considerada pela ONU em 2009 “o melhor país do mundo para se viver”. A Dinamarca já foi classificada – entre 2006 e 2008 – como “o lugar mais feliz do mundo”, e o segundo país mais pacífico da terra, depois da Nova Zelândia e ao lado da Noruega.

Canadá, Austrália e Nova Zelândia foram colônias de povoamento da Inglaterra, durante o século XIX, e posteriormente se transformaram em domínios da coroa britânica, até depois da Segunda Guerra Mundial. No entanto, até hoje são nações ou reinos independentes que fazem parte da Commonwealth e mantêm o monarca inglês como seu chefe de Estado. Como colônias e domínios funcionaram sempre como periferia da economia inglesa, mesmo depois de iniciado seu processo de industrialização, mantendo-se, em média, a participação do capital inglês em até dois terços da formação bruta de capital desses três países. E todos eles estabeleceram relações análogas com a economia norte-americana após o fim da Segunda Guerra Mundial. Nesse século e meio de história, o Canadá – como caso exemplar – esteve ao lado da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos na Primeira e na Segunda Guerras

Mundiais, além de participar da Guerra dos Bôeres e da Guerra da Coreia, e de ser um dos membros fundadores da Otan em 1949. Participou das Guerras do Golfo, do Iraque, do Afeganistão e da Líbia, e participa diretamente do sistema de defesa aeroespacial estado-unidense. E o mesmo aconteceu, em quase todos os casos, com a Austrália e com a Nova Zelândia.

Entretanto, os países nórdicos foram expansivos, e a Suécia em particular foi um grande império dominante dentro da Europa até o século XVIII. No entanto, depois de sua derrota para a Rússia em 1720, e depois da sua submissão dentro da hierarquia de poder europeia, os estados nórdicos se transformaram em pequenos países, com baixa densidade demográfica e alta dotação de recursos naturais, funcionando como pedaços especializados e cada vez mais sofisticados do sistema produtivo europeu. A Suécia ficou famosa pelo sucesso de sua política econômica anticíclica ou keynesiana, após a crise de 1929, mas de fato logrou superar os efeitos da crise graças à sua condição de sócia econômica e fornecedora de aço e equipamentos para a máquina de guerra nazista, que também ocupou a Dinamarca e exerceu grande influência sobre a região durante toda a Segunda Guerra Mundial. Após a guerra, Dinamarca e Noruega se tornaram membros da Otan, e a Dinamarca segue sendo uma passagem estratégica para o controle do mar Báltico. Por sua vez, a Suécia participou das Guerras do Kosovo e do Afeganistão, e foi fornecedora de armamentos para as forças anglo-saxônicas na Guerra do Iraque. Por último, a Finlândia, que fez parte da Suécia, até 1808, e da Rússia, até 1917, acabou ocupando um lugar fundamental dentro da Guerra Fria, até 1991, e ainda ocupa posição estratégica até hoje, no controle da baía da Finlândia e da própria Rússia.

Por tudo isso, apesar de esses países terem origens e trajetórias diferentes, é possível identificar algumas coisas que eles têm em comum:

- i) são pequenos e têm excelente dotação de recursos, alimentares, minerais ou energéticos;
- ii) Canadá e Austrália têm baixíssima densidade populacional, e os outros países equivalem a menos da metade da cidade do Rio de Janeiro;
- iii) ocupam posições decisivas no tabuleiro geopolítico mundial;
- iv) e todos se especializaram em serviços ou setores industriais de alta tecnologia, e, em alguns casos, dentro da indústria militar.

Alguns diriam que se trata de um caso típico de “desenvolvimento a convite”, mas isso quer dizer tudo e nada ao mesmo tempo. O fundamental é que o sucesso econômico desses países não se explica por si mesmo, porque desde o século XIX os domínios operaram como fronteiras de expansão do território econômico inglês, e como bases militares e navais do Império Britânico. E os países nórdicos, depois que foram submetidos, se transformaram em satélites especializados do sistema de produção, e do poder expansivo europeu. Hoje, finalmente, todos esses sete países operam como pequenas dobradiças felizes da estrutura militar e do poder global dos Estados Unidos.

Agosto de 2012

1.9

NACIONALISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (I)

A dificuldade da "economia política clássica" foi reconhecer o significado econômico das nações, não apenas na prática, mas também na teoria.

Eric Hobsbawm, *Nações e nacionalismo desde 1780*
(São Paulo, Paz e Terra, 1990), p. 37.

Desde a Revolução Francesa, a palavra "nacionalismo" teve várias definições e conotações políticas e emocionais, variando segundo o tempo e o lugar, e aparecendo ora como uma ideologia ou sentimento, ora como um movimento social ou estratégia política. Na sua origem histórica, sobretudo na França e nos Estados Unidos, foi um movimento revolucionário, democrático e cidadão, depois passou a ter conotação predominantemente cultural e etnolinguística, sobretudo na Europa central, para se transformar, finalmente, num projeto político de construção e/ou fortalecimento dos Estados nacionais que nasceram – dentro e fora do continente europeu – a partir das independências americanas. No entanto, foi só na segunda metade do século XIX que o nacionalismo adquiriu face e formulação explicitamente econômicas e se transformou num instrumento de luta dos países "atrasados" contra a supremacia inglesa.

É bem verdade que depois do século XVI o desenvolvimento econômico capitalista se deu sempre com base em Estados territoriais que praticaram políticas mercantilistas de defesa de suas economias nacionais, e, nesse sentido, pode-se dizer que sempre existiu algum tipo de nacionalismo econômico primitivo desde a origem do sistema estatal europeu. Mas foi só na Alemanha, no século XIX, que se formulou uma teoria e uma estratégia nacionalista consistentes de desenvolvimento econômico, a partir de objetivos geopolíticos explícitos. Em sua obra mais importante, publicada em 1841, o economista alemão Friedrich List criticava a economia política clássica por condenar as nações menos desenvolvidas a "rolar eternamente

a pedra de Sísifo” do atraso, exatamente porque havia “excluído completamente a política da ciência econômica, ignorado a existência da nacionalidade, e desconhecido completamente os efeitos da guerra sobre o comércio entre as nações”¹. Após a morte de List e da primeira unificação alemã, em 1871, essas ideias contribuíram decisivamente para o desenho de uma estratégia consciente de desenvolvimento e industrialização, combinada com uma visão ufanista da cultura germânica e com um projeto geopolítico de unificação e expansão do poder alemão, em direta competição com o poder comercial e naval da Grã-Bretanha.

Desde então, o sucesso econômico da Alemanha se transformou no paradigma de referência do nacionalismo econômico em todo mundo, e teve importância particular na história da Rússia e do Japão, países que têm várias semelhanças geopolíticas com a Alemanha. Entre o fim da Guerra dos Trinta Anos, em 1648, e a unificação de 1871, o território atual da Alemanha foi dividido e balcanizado, de forma ativa e conivente, pelas grandes potências europeias, e só conseguiu se unificar depois de três guerras sucessivas e vitoriosas da Prússia contra a Dinamarca, a Áustria e a França, na década de 1860. No entanto, mesmo depois da unificação, a Alemanha sempre se sentiu um país cercado e pressionado, carregando um enorme atraso político e econômico e um profundo ressentimento com relação às grandes potências responsáveis pela criação do sistema interestatal e do capitalismo europeu, e pela liderança da conquista europeia do “resto do mundo”. É nesse contexto de atraso, cerco e ressentimento nacional que se deve situar a permanente preocupação defensivo-expansionista da Alemanha, dentro de um espaço vital supranacional a ser conquistado e preservado. É nesse contexto também que se deve situar o *intense commitment* de suas elites civis, militares e intelectuais, que teve papel decisivo no desempenho econômico do nacionalismo alemão. Em maior ou menor medida, podem-se reencontrar muitas dessas características na história da Rússia/União Soviética e do Japão, e nos seus grandes ciclos de intenso crescimento econômico desde o século XIX, e mesmo entre 1950 e 1991, apesar de nesse período o Japão e a Alemanha terem sido transformados em protetorados militares a serviço da estratégia militar global dos Estados Unidos. Agora de novo, neste início de século XXI, Alemanha, Rússia e Japão estão seguindo estratégias econômicas nacionalistas,

¹ Friedrich G. List, *Sistema nacional de economia política* (1841) (São Paulo, Nova Cultural, 1986), p. 128; grifos meus.

orientadas por seus grandes objetivos estratégicos nacionais permanentes, de defesa e luta por suas hegemônias regionais. Para pensar o futuro ou tirar lições, entretanto, seria importante primeiro entender por que seus grandes sucessos econômicos e tecnológicos do passado acabaram sendo interrompidos por retumbantes fracassos políticos e/ou geopolíticos.

Junho de 2012

1.10

NACIONALISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (II)

Marchamos com um atraso de cinquenta ou cem anos em relação aos países mais adiantados. Temos de superar essa distância em dez anos. Ou o fazemos, ou eles nos esmagam.

Joseph Stalin, *Nuevas tareas para la organización de la economía* (Pequim, Ediciones en Lenguas Estrangeiras, 1977), p. 532.

Como no caso da Alemanha, a Rússia e o Japão são países que sempre tiveram forte sentimento nacional de cerco, vulnerabilidade e atraso com relação às grandes potências ocidentais que lideraram a formação do sistema interestatal capitalista. Não cabe dúvida que esse sentimento de insegurança coletiva teve papel decisivo na formulação do projeto e na trajetória nacionalista e militarizada do seu desenvolvimento econômico.

A história da Rússia moderna começa no século XVI, após dois séculos de invasão e dominação mongol, e transforma-se num movimento contínuo de reconquista e expansão defensiva do grão-ducado de Moscou. Primeiro na direção da Ásia e, depois da Grande Guerra do Norte (1700-1720), também na direção do Báltico e da Europa Central, já sob a liderança de Pedro, o Grande, que foi responsável pelo início do processo de europeização da Rússia. Desde então, o relógio político russo se sintonizou com a Europa e suas guerras, e seu desenvolvimento econômico esteve a serviço de uma estratégia militar da expansão defensiva de fronteiras cada vez mais extensas e vulneráveis – uma história de vitórias e derrotas que começa com a guerra contra os otomanos (1768-1792) e continua com as Guerras Napoleônicas (1799-1815), a Guerra da Crimeia (1853-1856) e a guerra contra a Turquia (1868-1888), além do “grande jogo” com a Grã-Bretanha pelo domínio da Ásia Central, na segunda metade do século XIX. Uma trajetória que se segue no século XX, com a guerra contra o Japão (1904), a Revolução Soviética (1917), a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, a Guerra Fria e a Guerra do Afeganistão (1979-1989), logo antes

da dissolução da União Soviética e da retomada nacionalista posterior da Rússia no início do século XXI, antes e depois da Guerra da Geórgia (2008).

A história moderna do Japão, por sua vez, começa com a Restauração Meiji e o fim do Xogunato Tokugawa, que durou três séculos (1603-1868) e foi uma resposta defensiva e militarizada do Japão ao primeiro assédio e cerco das potências europeias no século XVI. Depois disso, a própria Restauração Meiji (1868) também foi uma resposta defensiva ao imperialismo europeu e americano do século XIX, na forma de um projeto nacionalista de desenvolvimento econômico acelerado e posto a serviço de uma estratégia de constituição de um espaço vital que os japoneses chamaram de *tairiku*, e os alemães, de *Lebensraum*. Desde então, o desenvolvimento e a industrialização japonesa obedeceram a objetivos estratégicos e geopolíticos, submetendo-se em última instância à política externa do Japão e à sua guerra com a Rússia (1904), à sua invasão da Manchúria (1931), sua guerra com a China (1937-1945) e sua participação nas guerras mundiais, seguido da transformação do Japão em protetorado militar dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, antes da retomada do nacionalismo japonês, neste início de século XXI, já agora sob a égide de uma nova competição com a China.

Resumindo, desde o século XIX, pelo menos, Alemanha, Rússia e Japão compartilharam um mesmo sentimento de cerco e vulnerabilidade, e responderam a essa situação de ameaça externa com uma estratégia nacionalista de mobilização de recursos e de desenvolvimento econômico. Sua estratégia econômica nunca envolveu grandes discussões macroeconômicas nem foi definida por economistas, e, apesar disso, esses países obtiveram grandes sucessos industriais e tecnológicos. O que nenhum deles conseguiu, entretanto, foi alcançar uma posição de centralidade monetária e financeira internacional que lhes desse um poder estrutural de mando sobre os grandes fluxos da economia internacional, tampouco lograram universalizar suas ideias e seus valores, ao contrário do que se passou com as potências pioneiras que lograram impor sua ideologia e sua moeda como suportes de um sistema ético e monetário internacional que funciona como um poder estrutural global, e ao mesmo tempo como uma barreira à entrada – quase intransponível – para os demais países. Por isso mesmo, Holanda, Inglaterra e Estados Unidos nunca foram nacionalistas, e Alemanha, Rússia e Japão jamais deixaram de sê-lo, sob qualquer regime ou circunstância. Assim, o imperialismo dos primeiros sempre teve uma fisionomia mais liberal e “pelo mercado”, apesar de seu continuado

militarismo, e o expansionismo dos segundos sempre teve uma face mais militar e agressiva, mesmo quando se propusessem apenas a conquista de novos mercados. Em boa medida, essa hierarquia e essa barreira acabam contribuindo ou induzindo, de alguma forma, ao imperialismo militarista dos demais países que se propõem a repetir a trajetória de poder da coalizão ganhadora entre Holanda, Inglaterra e Estados Unidos.

Julho de 2012

1.11

OS MILAGRES ECONÔMICOS DA GUERRA FRIA

Salvo engano, foi o jornal *The Times* que falou pela primeira vez, em 1950, de “milagres econômicos”, referindo-se a países com prolongados períodos de altas taxas de crescimento econômico sustentado. Depois, essa expressão foi utilizada para caracterizar o crescimento de Alemanha, Itália, Japão, Coreia e Brasil entre as décadas de 1950 e 1980, período áureo da Guerra Fria. Entre 1950 e 1973, o produto nacional da República Federal Alemã cresceu a uma taxa média anual de 5,05%; no mesmo período, a Itália cresceu 5,68%; o Japão, 9,29%; e a Coreia do Sul, 9,85%. No Brasil, as taxas foram mais altas e descontínuas, com uma média de 8% entre 1955 e 1960, 11% entre 1967 e 1973, e 6,4% entre 1974 e 1980, mas com queda significativa no período 1961-1967. Assim, depois de 1980, a taxa de crescimento de todos esses países caiu de forma desigual, mas permanente.

A despeito de suas diferenças históricas e políticas, Alemanha, Japão, Itália e Coreia foram derrotados e destruídos – na Segunda Guerra Mundial ou na Guerra da Coreia – e depois foram ocupados e transformados em “protetorados militares” dos Estados Unidos. Logo depois da guerra, a ideia americana era desmontar as antigas estruturas econômicas desses países, mas, após o começo da Guerra Fria e o fim da Guerra da Coreia, esse projeto inicial foi substituído por uma política diametralmente oposta de estímulo ao crescimento econômico, com forte apoio e intervenção dos governos locais e dos próprios agentes econômicos e instituições privadas do pré-guerra. Por isso, pode-se dizer com toda a certeza que a lógica da Guerra Fria pesou decisivamente na origem dos milagres econômicos e na transformação posterior daqueles países em peças centrais da engrenagem econômica do poder global dos Estados Unidos, pelo menos até a década de 1970.

No caso do Brasil, que foi aliado dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, o caminho foi diferente, mas também se pode falar de um “convite” que foi aceito – depois do acordo militar entre o Brasil e os Estados Unidos de 1952 – e

que transformou o Brasil no pivô central da estratégia desenvolvimentista norte-americana para a América do Sul. A nova política americana foi experimentada com sucesso durante o governo de Juscelino Kubitschek, mas foi modificada depois da Revolução Cubana e da aliança dos Estados Unidos como o novo regime autoritário instalado pelo Golpe de 1964.

Depois de quase três décadas de milagre econômico, entretanto, esse processo foi interrompido pela crise estado-unidense da década de 1970, e pela nova mudança da política internacional dos Estados Unidos. Tudo começou com a reaproximação da China, no início da década de 1970, que levou à derrota/saída dos Estados Unidos do Vietnã, e ao redesenho do equilíbrio do poder no sudeste asiático. Foi nesse mesmo contexto que os Estados Unidos decidiram abandonar Bretton Woods, liberando sua moeda e iniciando a desregulação do seu mercado financeiro com a lenta reorganização do sistema monetário internacional, baseado no dólar, mas já sem nenhuma referência metálica. A nova estratégia permitiu o cerco e a desconstrução final da União Soviética e o fim da Guerra Fria, mas, ao mesmo tempo, desativou ou esvaziou o papel econômico que fora ocupado pela Alemanha e pelo Japão, e, secundariamente, pelo Brasil durante as primeiras décadas da Guerra Fria. O crescimento econômico médio anual da Alemanha caiu para 2,10%, entre 1973 e 1990; o do Japão baixou para 2,97%; o da Itália para 1,76; o da Coreia para 6,77; enquanto o Brasil entrava num longo período de estagnação, no mesmo período em que a China era alçada à categoria de mais novo milagre econômico do sistema capitalista mundial, enquanto a Alemanha e o Japão seguiam na sua condição de gigantes industriais e tecnológicos, mas com “pés de barro”, ainda na condição de protetorados militares dos Estados Unidos e sem dispor de recursos naturais essenciais, além de serem igualmente dependentes do ponto de vista alimentar e energético.

Assim, no início da segunda década do século XXI, pode ser que o Japão e a Alemanha venham a ser resgatados uma vez mais, como caminho de saída da crise para os Estados Unidos e como instrumentos da nova doutrina Obama, que se propõe a fazer – desta vez – o cerco econômico e militar da China. O Japão e a Coreia estão sendo pressionados a participar do Acordo de Parceria Econômica Estratégica Trans-Pacífico (TPP), que é hoje a pedra angular da política comercial de Obama, e que se propõe a reunir os dois lados do Pacífico numa grande zona de livre comércio, ao mesmo tempo que a Alemanha vem sendo estimulada a liderar

um grande pacto comercial transatlântico entre a União Europeia e os Estados Unidos, e há quem proponha que o Brasil se junte à "aliança do Pacífico". Neste novo xadrez, entretanto, o Brasil é muito menos desenvolvido que a Alemanha e o Japão, mas dispõe de recursos naturais e é autossuficiente do ponto de vista alimentar e energético. Por isso, talvez só o Brasil tenha hoje condições reais de escolher um caminho que lhe dê maior grau de autonomia estratégica, e maior capacidade de projetar seus interesses e sua influência numa escala global.

Dezembro de 2012